

Aprovado em
Assamblea Municipal
de 28/4/89
[Signature]

REUNIAO DE CAMARA
27/4/88
[Signature]

PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL
DE AGUAS RESIDUAIS



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

TELEFONE 9 22 15 -- 3450 MORTÁGUA

"As fontes poluidoras que mais afectam a saúde do homem, o restante biota, o solo e os recursos hídricos, são sem dúvida, as águas residuais e os excreta produzidos pelo próprio metabolismo vital dos organismos vivos, incluindo o homem, pelas actividades económicas das sociedades modernas.

No Concelho de Mortágua só uma percentagem muito diminuta da sua população usufrui de drenagem e tratamento dos seus efluentes.

A Câmara Municipal de Mortágua está a fazer um significativo esforço no sentido de que essa percentagem seja muito aumentada num curto espaço de tempo, sendo por isso necessário regulamentar a evacuação das águas residuais e dos excreta e controlo da poluição dela resultante no Concelho de Mortágua."

Assim a Câmara Municipal de Mortágua deliberou aprovar o presente Regulamento :

Mortágua, 7 de Abril de 1989

T I T U L O I

Disposições Gerais

C A P Í T U L O I

"Objecto e área de aplicação"

ARTIGO 1º.

(Objecto e área de aplicação)

O presente diploma tem por objectivo a regulamentação geral da evacuação das águas residuais e dos excreta e do controlo da poluição dela resultante, em toda a área do Município.

ARTIGO 2º.

(Sistemas abrangidos)

O presente Regulamento aplica-se a todos os sistemas de evacuação das águas residuais e dos excreta e de controlo da poluição dela resultante, existentes ou por construir em toda a área onde o mesmo vigora.

ARTIGO 3º.

(Edificações e outros prédios abrangidos)

O presente Regulamento aplica-se a todas as edificações erigidas ou a erigir na área do Município, quaisquer que sejam a sua utilização efectiva ou o seu destino previsto, bem como a todos os outros prédios nela situados onde se produzam águas residuais ou excreta.

C A P Í T U L O II

"Poderes e deveres do Município"

ARTIGO 4º.

(Projecto e construção)

1. O projecto e a construção dos sistemas municipais de evacuação das águas residuais e dos excreta e de controlo da poluição dela resultante são da competência da Câmara Municipal.

2. Os projectos pendentes para aprovação à data da entrada em vigor do presente Regulamento deverão ser remodelados caso não cumpram as suas disposições, por modo a dar-lhes cumprimento.

3. Os sistemas já construídos, em loteamentos urbanos ou noutras zonas ou bairros particulares, deverão ser integrados nos sistemas municipais, depois de remodelados nos termos deste Regulamento, se necessário para efeito do seu cumprimento.

ARTIGO 5º.

(Financiamento)

1. O financiamento dos empreendimentos respeitantes aos objectivos e programas do Município relativos à evacuação das águas residuais e dos excreta e ao controlo da poluição dela resultante far-se-á através dos recursos assegurados e inscritos no orçamento municipal, os quais poderão ter por fonte empréstimos contraídos nos termos legais aplicáveis.

2. Sempre que os empreendimentos referidos no número anterior se revistam de interesse supra-municipal, seja este multimunicipal, regional ou nacional, poderá o Município recorrer ao Governo e às entidades intermunicipais, para obtenção de financiamentos que o compensem dos encargos correspondentes ao envolvimento supra-municipal.

3. O disposto nos números anteriores não prejudica a existência de obrigações de custeamento por promotores de loteamentos urbanos e outros interessados, nos termos das normas aplicáveis deste Regulamento.

ARTIGO 6º.

(Exploração)

1. A exploração dos sistemas municipais de evacuação das águas residuais e dos excreta e de controlo da poluição dela resultante é da competência da Câmara Municipal.

2. A exploração compreende a gestão administrativa e financeira dos serviços e a operação e manutenção dos sistemas, abarcando nomeadamente:

- a) o funcionamento administrativo;
- b) o serviço de cobrança de tarifas;
- c) a gestão financeira;
- d) o atendimento da população e a sua educação sanitária;

- e) a evacuação das águas residuais e dos excreta nas áreas servidas pelos sistemas municipais;
- f) o controlo da poluição decorrente da evacuação referida na alínea anterior, mediante estações de tratamento ou outras instalações apropriadas;
- g) a operação e a manutenção de todas as canalizações, sistemas elevatórios, estações de tratamento e outros órgãos, edifícios de apoio e outras instalações e equipamentos que fazem parte dos sistemas municipais;
- h) o serviço de saúde ocupacional;
- i) a formação dos trabalhadores dos sistemas, a todos os níveis.

ARTIGO 7º.

(Funcionamento)

1. O Município manterá ininterruptamente os sistemas municipais em funcionamento, salvo motivo de força maior.

2. Os utentes dos sistemas municipais não terão direito a receber do Município quaisquer indemnizações pelos prejuízos derivados de deficiência ou interrupção no funcionamento dos sistemas, por motivo de força maior, bem como por descuidos, defeitos, ou avarias imputáveis a instalações particulares.

3. Quando houver necessidade absoluta de interromper o funcionamento dos sistemas municipais, por motivo de execução de obras programadas com antecedência ou por outra causa sem carácter de urgência, o Município avisará prévia e publicamente os utentes do sistema que devam ser afectados.

ARTIGO 8º.

(Remodelação e ampliação)

A remodelação e a ampliação dos sistemas municipais de evacuação das águas residuais e dos excreta e de controlo da poluição dela resultante são da competência do Município.

ARTIGO 9º.

(Embargo e demolição)

Sempre que quaisquer obras, construções ou edificações, sejam iniciadas, por particulares ou pessoas colectivas, com inobservância das disposições constantes deste Regulamento, poderá a Câmara Municipal embargá-las e ordenar a sua demolição.

ARTIGO 10º.

(Livre acesso)

Para a realização de quaisquer trabalhos ou obras previstos neste Regulamento, sua inspecção e fiscalização, poderá o pessoal dos serviços competentes do Município quando em funções e devidamente identificado, entrar durante o dia, livremente, mediante prévio aviso, nos prédios a beneficiar ou em vias de beneficiação.

ARTIGO 11º.

(Deveres)

1. O Município respeitará as prescrições técnicas do presente Regulamento, sem invocação ou concessão de quaisquer benefícios ou excepções.

2. O Município observará as normas de Higiene e Saúde Pública provenientes das autoridades sanitárias concelhias, regionais ou nacionais.

3. O Município zelará para que este regulamento se mantenha permanente actualizado, quer promovendo as indispensáveis alterações sempre que necessário, quer efectuando obrigatoriamente a sua revisão periódica em prazos não superiores a 6(seis) anos.

C A P I T U L O I I I

"Direitos e obrigações dos outros intervenientes no processo"

SECÇÃO I

Dos Municípes

ARTIGO 12º.

(Direitos dos munícipes à protecção sanitária ambiental)

Os munícipes têm direito à protecção ambiental, garantida pela existência e bom funcionamento de apropriados sistemas municipais de evacuação das águas residuais e dos excreta e pelo controlo de poluição dela resultante, que constituem elemento imprescindível da adequada qualidade de vida das populações.

ARTIGO 13º.

(Deveres dos munícipes)

Os munícipes têm, relativamente à evacuação das águas residuais e dos excreta e ao controlo da poluição dela resultante, o dever de cumprir as determinações constantes do presente Regulamento e ainda:

- a) de receber a informação prestada pelo Município nas matérias em causa;
- b) de contribuir, de acordo com as suas possibilidades, para as boas condições de salubridade ambiental das zonas em que habitam, trabalham ou passam os tempos livres;
- c) de utilizar as instalações sanitárias colectivas de modo a não prejudicar a higiene das mesmas e a não afectar os sistemas de evacuação;
- d) de tomar, em todos os casos, as providências necessárias para atenuar, eliminar ou evitar perturbações ou acidentes durante a execução das obras, por forma a que as mesmas se possam executar em boas condições e no mais curto prazo.

SECÇÃO II

Dos serviços de Estado

ARTIGO 14º.

(Direitos e deveres dos serviços de Estado)

1. Os serviços de Estado submeterão à prévia apreciação da Câmara Municipal, nos termos do artigo 14º. do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, os projectos das obras a executar, a fim de se verificar a sua conformidade com as prescrições do presente Regulamento.

2. A Câmara Municipal assegurará aos serviços de Estado as informações de que estes careçam para uma correcta apresentação dos projectos e não excederá o prazo de trinta dias para a verificação destes.

SECÇÃO III

Dos proprietários ou usufrutuários de edifícios de habitação ou de utilização colectiva

ARTIGO 15º.

(Direito à informação dos proprietários e usufrutuários de edifícios
de habitação ou de utilização colectiva)

Os proprietários ou usufrutuários de edifícios de habitação ou de utilização colectiva têm direito a ser correcta e completamente informados pelo Município a respeito de todos os dados essenciais à boa execução dos projectos e das obras relativas à águas residuais ou aos excreta produzidos nas edificações e ao seu correcto funcionamento.

SECÇÃO IV

Dos promotores de loteamento urbanos

ARTIGO 16º.

(Direito dos promotores à informação)

Os promotores de loteamentos urbanos poderão requerer à Câmara Municipal informações sobre a aplicação do presente Regulamento às operações por eles pretendidas.

ARTIGO 17º.

(Direito dos promotores à opção pelo exploração municipal)

Os promotores de loteamentos urbanos localizados fora das zonas servidas por sistemas municipais de águas residuais poderão requerer ao Município que as actividades de exploração das instalações e equipamentos dos sistemas próprios sejam realizadas pela autarquia, em termos a acordar entre as duas partes, enquanto não forem entregues definitivamente à exploração municipal e se transformarem assim em sistemas municipais de águas residuais.

ARTIGO 18º.

(Deveres dos promotores)

Constituem deveres dos promotores de loteamentos urbanos, para além de todos os outros que especificamente emergem do presente Regulamento, das disposições da legislação aplicável a loteamentos urbanos e dos condicionamentos impostos no alvará de loteamento, que tenham a ver com a drenagem e tratamento das águas residuais produzidas:

- a) informar os compradores dos lotes ou andares que façam parte integrante do loteamento urbano sobre os aspectos mais importantes do presente Regulamento referentes aos seus direitos e obrigações;
- b) facilitar o acesso do pessoal dos serviços competentes do Município, quando em funções e devidamente identificado, à zona do loteamento e a qualquer dos lotes e edifícios que o constituam.

SECÇÃO V

Das empresas comerciais

ARTIGO 19º.

(Direito das empresas comerciais à informação)

As empresas comerciais serão informadas, a seu pedido, pelo Município,

dos dados respeitantes à classificação das águas residuais produzidas pelos seus estabelecimentos, da qual dependerá o seu destino, e das necessidades de apresentação de estudos relativos à drenagem e ao tratamento e destino final dessas águas residuais.

ARTIGO 20º.

(Deveres das empresas comerciais)

Constituem deveres das empresas comerciais, para além de todo os outros que especificadamente emergem do presente Regulamento:

- a) efectuar todas as análises impostas pelo Município, em laboratório aceite por este, para esclarecimento das características das águas residuais produzidas pelos seus estabelecimentos;
- b) assegurar o bom e permanente funcionamento das instalações, quanto as águas residuais produzidas pelos seus estabelecimentos necessitem de pré-tratamento ou tratamento;
- c) facilitar o acesso aos seus estabelecimentos do pessoal dos serviços competentes do Município, quando devidamente identificado e em exercício de funções respeitantes à execução do presente Regulamento.

SECÇÃO VI

Das empresas industriais e empresas agrícolas, pecuárias e similares

ARTIGO 21º.

(Direito das empresas à informação)

As empresas industriais e as empresas agrícolas, pecuárias e similares, serão informadas, a seu pedido, pelo Município, dos dados indispensáveis ao esclarecimento das características das águas residuais produzidas pelos seus estabelecimentos e das necessidades de apresentação de estudos e projectos relativos à drenagem e ao tratamento e destino final dessas águas residuais e de outras disposições do presente Regulamento que se apliquem aos seus casos específicos.

ARTIGO 22º.

(Direito das empresas à opção pela exploração municipal)

As empresas industriais e as empresas agrícolas, pecuárias e similares, poderão requerer ao Município que as actividades de exploração dos sistemas próprios de drenagem, de pré-tratamento ou tratamento e de destino final sejam realizadas pelo Município, em termos a acordar entre as duas partes.

ARTIGO 23º.

(Deveres das empresas)

Constituem deveres das empresas industriais e das empresas agrícolas, pecuárias e similares, para além de todos os outros que especificadamente emergem do presente Regulamento:

- a) efectuar todas as análises impostas pelo Município, em laboratório aceite por este, para esclarecimento das características das águas residuais produzidas pelos seus estabelecimentos;
- b) assegurar o bom e permanente funcionamento das instalações, quando as águas residuais produzidas pelos seus estabelecimentos necessitem de pré-tratamento ou tratamento, salvo se, de acordo com o disposto no artigo 22º, a exploração estiver a ser realizada pelo Município;
- c) facilitar o acesso aos seus estabelecimentos do pessoal dos serviços competentes do Município, quando devidamente identificado e em exercício de funções respeitantes à execução do presente Regulamento.

CAPÍTULO IV

"Obrigatoriedade do estabelecimento, operação e manutenção dos sistemas"

SECÇÃO I

Disposições gerais

ARTIGO 24º.

(Obrigatoriedade do estabelecimento de instalações e equipamentos privativos das edificações)

1. Todas as edificações, quaisquer que sejam a sua utilização efectiva ou o seu destino previsto, deverão dispôr de instalações e equipamentos privativos destinados à evacuação das águas residuais ou dos excreta e, quando não se encontrarem em zonas servidas por sistemas municipais, de instalações e equipamentos destinados ao controlo da poluição resultante da evacuação referida.

2. As instalações e equipamentos a que se refere o número anterior compreendem no caso de edificações servidas por sistemas municipais de evacuação das águas residuais:

- a) instalações e equipamentos, abrangendo aparelhos sanitários, ramais de descarga, tubos de queda, rede de ventilação e canalização até ao limite do sistema de esgotos das edificações na caixa de ramal;
- b) instalações e equipamentos, compreendidos entre a caixa do ramal e os

sistemas municipais de drenagem de águas residuais, abrangendo as câmaras de visita e de inspecção necessárias e os respectivos ramais de ligação.

3. Quando as edificações se situarem em zonas servidas por sistemas municipais de evacuação dos excreta, as instalações e equipamentos referidos no número 1 serão os indispensáveis ao funcionamento dos sistemas, devendo as instalações interiores ser dotadas, no mínimo, de uma pia de despejo, ou lava-loiça, na cozinha ou junto dela, e de uma casa de banho.

4. Quando as edificações se situarem fora de zonas servidas por sistemas municipais de evacuação das águas residuais ou dos excreta, as instalações e equipamentos referidos no número 1 compreenderão todas as canalizações e dispositivos, interiores e exteriores, indispensáveis a uma correcta evacuação das águas residuais e dos excreta e a um apropriado controlo da poluição resultante da citada evacuação.

5. Para cumprimento do estipulado no número anterior, o Município exigirá sempre a apresentação de projecto referente a este sector, estejam ou não as edificações em causa sujeitas a licenciamento municipal.

ARTIGO 25º.

(Regimes sectoriais)

1. As instalações e equipamentos a que se refere o artigo anterior conformar-se-ão com o disposto no Capítulo IV do Título III do Regulamento Geral de Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei nº.38382, de 7 de Agosto de 1951, bem como com as disposições aplicáveis do presente Regulamento.

2. Aos sistemas municipais de evacuação das águas residuais e de controlo da poluição dela resultante aplicar-se-á o disposto nos capítulos pertinentes deste Regulamento e na secção II do Presente capítulo.

3. Aos sistemas municipais de evacuação dos excreta e de controlo da poluição dela resultante aplicar-se-á o disposto nos capítulos pertinentes deste Regulamento e na secção III do presente capítulo.

4. Aos sistemas de evacuação das águas residuais ou dos excreta e de controlo da poluição dela resultante em zonas não servidas por sistemas municipais aplicar-se-á o disposto nos capítulos pertinentes deste Regulamento e na secção IV do presente capítulo.

ARTIGO 26º.

(Conservação, reparação e renovação de instalações e equipamentos privativos das edificações)

A conservação, reparação e renovação das instalações e equipamentos privativos das edificações, com excepção das instalações e equipamentos exteriores referidos

na alínea b) do número 2 do artigo 24º., competem aos proprietários ou usufrutuários das edificações sem prejuízo da execução subrogatória das referidas obras pelo Município, nos termos do artigo 143º. deste Regulamento.

SECÇÃO II

Zonas servidas por sistemas municipais de águas residuais

ARTIGO 27º.

(Edificações abrangidas)

Ficam subordinadas às disposições da presente secção todas as edificações, qualquer que seja a sua utilização, localizadas em zonas servidas por sistemas municipais de águas residuais.

ARTIGO 28º.

(Obrigatoriedade de ligação)

1. Nas zonas servidas por sistemas municipais de águas residuais é obrigatório estabelecer, em todas as edificações, construídas ou a construir, quer marginando via públicas, quer afastadas delas, pela forma estabelecida no presente Regulamento, a ligação das instalações e equipamentos de evacuação das águas residuais, qualquer que seja o seu tipo, aos respectivos sistemas municipais de drenagem, por meio de ramais independentes.

2. O estabelecimento, a operação e a manutenção das instalações e equipamentos privativos das edificações serão realizados pelos seus proprietários ou usufrutuários, a cargo de quem ficarão as respectivas despesas.

3. Logo que a ligação ao sistema municipal entre em funcionamento os proprietários ou usufrutuários das edificações onde existam fossas, depósitos ou poços absorventes para despejo de águas residuais ou de excreta serão obrigados a entulhá-los dentro de trinta dias, depois de esvaziados e desinfectados, devendo as matérias retiradas ser enterradas em aterro sanitário ou em condições aprovadas pelo Município.

4. É proibido construir quaisquer instalações de tratamento e de destino final, nomeadamente fossas ou poços absorventes, nas zonas servidas por sistema municipal de águas residuais.

5. Exceptuam-se do disposto no número anterior as instalações de pré-tratamento de águas residuais industriais, a montante da ligação ao sistema municipal, e as instalações individuais de tratamento e destino final de águas residuais industriais, devidamente aprovadas e controladas pelo Município.

6. As edificações desabitadas ou em vias de expropriação ficam isentas da obrigação prevista no número 1 deste artigo, desde que, no seu interior, se não produzam quaisquer águas residuais ou excreta.

ARTIGO 29º.

(Encargos da execução das obras)

1. Os encargos resultantes da execução das obras a que se refere o artigo anterior serão inteiramente suportados pelos proprietários, usufrutuários ou requerentes da licença de construção das edificações a que respeitam tais obras.

2. A execução das obras será feita da forma seguinte:

- a) as instalações e equipamentos privativos das edificações, os trabalhos indicados no número 3 do artigo anterior e os contemplados no número 5 do mesmo artigo, caberão aos proprietários, usufrutuários ou requerentes da licença de construção das edificações.
- b) os ramais de ligação aos sistemas municipais, caberão à Câmara Municipal através dos serviços competentes.

3. O custo dos ramais de ligação, correspondente ao orçamento previamente elaborado de acordo com as tabelas de preços em vigor, acrescido de uma percentagem de 10% (dez por cento), para despesas de administração, será cobrado antecipadamente pelo Município aos proprietários, usufrutuários, ou requerentes da licença de construção das edificações servidas por aqueles ramais.

ARTIGO 30º.

(Encargos da reparação e conservação de ramais de ligação)

1. A reparação e conservação correntes dos ramais de ligação competem ao Município, ficando, porém, os proprietários ou usufrutuários com a obrigação de substituir, à sua custa, os ramais existentes à data da entrada em vigor deste Regulamento, sempre que os mesmos não satisfaçam as necessárias condições técnicas e sanitárias de bom funcionamento.

2. A substituição a que se refere o número anterior será executada como se de um novo ramal de ligação se tratasse.

ARTIGO 31º.

(Pagamento dos ramais de ligação)

1. Concluído pelo Município o cálculo da importância referida no nº.3 do artigo 29º., será enviada ao proprietário, usufrutuário ou requerente da licença de construção, notificação de que terá de proceder ao seu pagamento, no prazo de trinta dias a contar da data da mesma, findo o qual começarão a correr juros de mora à taxa legal.

2. Enquanto não for efectuado o pagamento mencionada no nº. anterior, o Município não procederá à construção dos correspondentes ramais de ligação, sendo expressamente proibida a utilização de instalações sanitárias e cozinhas nas edificações abrangidas, podendo o Município proceder à construção dos correspondentes ramais de ligação e cobrar coercivamente as despesas dela decorrentes.

ARTIGO 32º.

(Casos de debilidade económica)

1. Em casos de comprovada debilidade económica dos proprietários ou usufrutuários, poderá ser autorizado, se nesse sentido for requerido no prazo de oito dias a contar da notificação do pagamento dos ramais de ligação, que este seja efectuado em prestações mensais, até doze, a vencer no último dia de cada mês, ao juro calculado a uma taxa igual à taxa básica de desconto do Banco de Portugal, acrescida de 1%.

2. Se o pagamento de alguma das prestações em que foi distribuída a dívida não for efectuado até à data do vencimento, considerar-se-ão vencidas as prestações ainda não pagas, que passarão a vencer juros de mora à taxa legal.

ARTIGO 33º.

(Aprovação de projectos)

1. Nenhum projecto de construção, reconstrução ou ampliação de edificações em zonas servidas por sistemas municipais de águas residuais poderá ser aprovado sem incluir as respectivas instalações sanitárias, redes interiores e ramal de ligação, conforme especificado no artigo 64º.

ARTIGO 34º.

(Extensão do sistema de drenagem existente)

1. Os pedidos de ligação das instalações e equipamentos de edificações que exijam o prolongamento do sistema municipal de águas residuais, serão tomadas em consideração pelo Município quando forem considerados exequíveis dos pontos de vista técnico e económico. No caso de ser recusada a ligação por motivos económicos, o interessado poderá pedir que o prolongamento seja executado a expensas suas, podendo a Câmara Municipal conceder uma comparticipação nos respectivos encargos.

2. No caso de a execução do sistema vir a ser utilizada para drenagem de outras edificações, o Município calculará a indemnização a conceder ao interessado que custeou essa extensão.

3. As canalizações do sistema instaladas nas condições deste artigo ficam sendo propriedade do Município.

ARTIGO 35º.

(Admissão de águas residuais em sistemas municipais de drenagem)

1. Se, pelas suas características, as águas residuais não forem admissíveis, deverão ser submetidas a um pré-tratamento apropriado, o qual será objecto de projecto a aprovar pelo Município.

2. Se se revelar impossível ou impraticável a descarga das águas residuais nos sistemas municipais, mesmo após pré-tratamento, tais águas residuais serão consideradas como pertencendo a zonas não servidas por sistema municipal e submeter-se-ão ao estipulado na secção IV do presente capítulo.

3. As despesas inerentes aos projectos e obras relativos a instalações de pré-tratamento serão da conta dos proprietários ou usufrutuários das edificações ou de outros prédios produtores das águas residuais.

ARTIGO 36º.

(Operação e manutenção das instalações de pré-tratamento)

1. A operação e manutenção das instalações de pré-tratamento referidas no artigo 35º. ficará a cargo dos proprietários ou usufrutuários das edificações ou outros prédios produtores das águas residuais, constituindo o que se designará por "sistemas privados".

2. O Município poderá encarregar-se da operação e manutenção das instalações a que se refere o número anterior, mediante celebração de acordo com os proprietários ou usufrutuários, constituindo o que se designará por "sistemas semi-municipais".

ARTIGO 37º.

(Vigilância do funcionamento das instalações e equipamentos de sistemas privados)

O Município controlará, mediante vigilância apropriada, o funcionamento dos sistemas privados, sob os pontos de vista técnico e sanitário.

SECÇÃO III

Zonas servidas por sistemas municipais de evacuação dos excreta

ARTIGO 38º.

(Edificações abrangidas)

Ficam subordinadas às disposições da presente secção todas as edificações, qualquer que seja a sua utilização, localizadas em zonas servidas por sistemas municipais de evacuação dos excreta.

ARTIGO 39º.

(Obrigatoriedade de aceitação do serviço)

1. Nas zonas servidas por sistemas municipais de evacuação dos excreta, são obrigatórios, quer a aceitação do serviço, tal como se achar definida pelo Município, quer o estabelecimento, em todas as edificações, de instalações e equipamentos de evacuação dos excreta, qualquer que seja o seu tipo, apropriados à inserção nos sistemas municipais.

2. Os custos inerentes ao projecto, construção, operação e manutenção das instalações e equipamentos privativos das edificações serão da conta dos respectivos proprietários ou usufrutuários.

3. Logo que se inicie o serviço inerente ao sistema municipal, os proprietários ou usufrutuários das edificações onde existam outros dispositivos de evacuação dos excreta que não fiquem fazendo parte integrante de tal sistema serão obrigados a entulhá-los dentro de trinta dias, depois de esvaziados e desinfectados, devendo as matérias retiradas ser enterradas em aterro sanitário ou em condições aprovadas pelo Município.

4. É proibido construir quaisquer instalações de tratamento e destino

final não adequadas aos sistemas municipais de evacuação dos excreta, nas zonas por eles servidas.

5. Exceptuam-se do disposto no número anterior as instalações de pré-tratamento de águas residuais industriais, antes da aceitação do serviço, e as instalações de tratamento e destino final individuais de águas residuais industriais, devidamente aprovadas e controladas pelo Município.

6. As edificações desabitadas ou em vias de expropriação ficam isentas das obrigações previstas no número 1 deste artigo, desde que, no seu interior, se não produzam quaisquer águas residuais ou excreta.

ARTIGO 40º.

(Encargos da execução das obras)

Os encargos resultantes da execução das obras a que se refere o número 3 do artigo anterior serão inteiramente suportados pelos proprietários ou usufrutuários.

ARTIGO 41º.

(Encargos da aceitação do serviço)

Os encargos resultantes da aceitação do serviço, tal como se achar definido pelo Município, serão da exclusiva responsabilidade dos proprietários ou usufrutuários das edificações.

ARTIGO 42º.

(Aprovação de projectos)

1. Nenhum projecto de construção, reconstrução ou ampliação de edificações situadas em zonas servidas por sistemas municipais de evacuação dos excreta, poderá ser aprovado sem incluir as respectivas instalações sanitárias, redes interiores, se as houver, e dispositivos de inserção nos sistemas municipais.

2. Não é permitido fazer qualquer modificação nas instalações e equipamentos aprovados sem prévia autorização do Município.

ARTIGO 43º.

(Extensão do serviço)

1. Os pedidos de aceitação do serviço referentes a edificações localizadas fora das zonas servidas por sistemas municipais de evacuação dos excreta só poderão ser considerados a título excepcional, em casos urgentes ou de força maior.

2. A forma normal de extensão do serviço será a de uma decisão municipal planeada e devidamente estudada, sob os pontos de vista sanitário, técnico e económico, no sentido de criar uma zona mais alargada onde o sistema se possa estender, devidamente dotado de meios humanos e materiais para executar o serviço de forma correcta.

ARTIGO 44º.

(Admissão de águas residuais ou de excreta em sistemas municipais de evacuação dos excreta)

1. A admissão de águas residuais ou de excreta em sistemas municipais de evacuação dos excreta será apreciada caso a caso e dependerá das soluções técnicas adoptadas para os sistemas, sendo obrigatória a inserção, nos projectos destes sistemas, de cláusulas que contemplem aquela admissão.

2. Se, pelas suas características, as águas residuais ou os excreta não forem admissíveis, deverão ser submetidos a um pré-tratamento apropriado, a qual será objecto de projecto a aprovar pelo Município.

3. Se se revelar impossível ou impraticável a admissão das águas residuais ou dos excreta nos sistemas municipais, mesmo após pré-tratamento, tais águas residuais ou excreta serão considerados como pertencendo a zonas não servidas por sistema municipal regulado pelo disposto na secção IV do presente capítulo.

4. As despesas inerentes os projectos e obras relativas a instalações de pré-tratamento serão da conta dos proprietários ou usufrutuários das edificações ou de outros prédios produtores das águas residuais ou dos excreta.

ARTIGO 45º.

(Operação e manutenção das instalações de pré-tratamento)

Aplica-se às edificações regidas pela presente secção o disposto no artigo 36º., com as adaptações indispensáveis.

ARTIGO 46º.

(Vigilância do funcionamento das instalações e equipamentos de sistemas privados)

Aplica-se às edificações regidas pela presente secção o disposto no artigo 37º.

SECÇÃO IV

Zonas não servidas por sistemas municipais

ARTIGO 47º.

(Edificações e outras realidades abrangidas)

Todas as edificações, grupos de edificações ou loteamentos, qualquer que seja a sua utilização, bem como todas as instalações de carácter comercial, industrial ou agropecuário, capazes de produzir águas residuais ou excreta, localizados em zonas não servidas por sistemas municipais de evacuação das águas residuais ou dos excreta, ficam subordinadas ao número 4 do artigo 24º. a às disposições da presente secção.

ARTIGO 48º.

(Edifícios de habitação isolados)

1. Os edifícios de habitação isolados utilizarão para evacuação dos excreta os sistemas individuais preconizados pelo presente Regulamento.

2. O Município assegurará o bom cumprimento dos projectos e vigiará o funcionamento dos sistemas, por forma a evitar prejuízos para a saúde pública e para a salubridade do ambiente.

ARTIGO 49º.

(Grupos de edifícios de habitação)

Aplicam-se as disposições do artigo anterior a grupos de edifícios de habitação, com a ressalva de que se poderão utilizar, para além de sistemas individuais, sistemas semi-colectivos de evacuação dos excreta.

ARTIGO 50º.

(Edificações de utilização colectiva)

1. As edificações de utilização colectiva que se achem isoladas terão que possuir adequados sistemas individuais de evacuação dos excreta e, ou de drenagem e tratamento de águas residuais.

2. O projecto dos sistemas de evacuação dos excreta e, ou de drenagem e tratamento de águas residuais acompanhará o respectivo projecto geral das edificações, apresentado nos termos da alínea c) do artigo 1º. do Decreto-Lei nº.166/70 de 15 de Abril.

3. Os grupos de edifícios de habitação que existam juntamente com uma ou mais edificações de utilização colectiva poderão utilizar sistemas semi-colectivos de evacuação dos excreta.

4. O Município assegurará o bom cumprimento dos projectos e vigiará o funcionamento dos sistemas, por forma a evitar prejuízos para a saúde pública e a salubridade do ambiente.

ARTIGO 51º.

(Loteamentos urbanos)

1. Os loteamentos urbanos que não se situem em zonas servidas por sistemas municipais de águas residuais, terão que possuir adequados sistemas próprios de drenagem, tratamento e destino final das águas residuais produzidas.

2. A evacuação correcta dos excreta e a drenagem e o tratamento e destino final adequados das águas residuais dos loteamentos urbanos constituirão requisito de deferimento dos pedidos de loteamento nos termos das alíneas b) e c) do número 2 do artigo 11º. do Decreto-Lei nº.400/84, de 31 de Dezembro, e das alíneas b), c) e d) do número 1 do artigo 17º. do mesmo diploma.

3. Os projectos dos sistemas próprios de drenagem de águas residuais comunitárias e pluviais e de evacuação dos excreta, assim como os dos sistemas de tratamento e de destino final das fases líquida e sólida, acompanharão obrigatoriamente o projecto de obras de urbanização, apresentado nos termos do artigo 37º. do Decreto-Lei nº.400/84 de 31 de Dezembro.

4. No período que medear entre o início do funcionamento dos sistemas próprios referidos no número anterior e a recepção definitiva dos mesmos pelo Município, os promotores dos loteamentos urbanos suportarão a totalidade das despesas de exploração de tais sistemas, que manterão em funcionamento sob vigilância do Município, podendo em alternativa o Município assegurar a exploração dos sistemas durante o período indicado, mediante a celebração de protocolo com os promotores em condições a acordar entre as partes.

5. Em loteamentos urbanos submetidos ao regime da presente secção seguir-se-ão práticas idênticas às adoptadas para os loteamentos urbanos localizados em zonas servidas por sistemas municipais, nomeadamente no que respeita à aprovação de projectos, fiscalização de obras, execução de ramais de ligação e pagamento de tarifas.

ARTIGO 52º.

(Estabelecimentos comerciais)

1. Os estabelecimentos comerciais localizados em zonas não servidas por sistemas municipais terão que possuir adequados sistemas individuais de evacuação dos excreta e, ou de drenagem e tratamento das águas residuais produzidas.

2. Consoante as características dos excreta ou das águas residuais produzi-

das, os estabelecimentos comerciais podem classificar-se em dois tipos:

- a) estabelecimentos que só produzem excreta humanos ou águas residuais domésticas;
- b) estabelecimentos que produzem, para além das matérias referidas na alínea anterior, águas residuais industriais;

3. Aos estabelecimentos referidos na alínea a) do número anterior, aplica-se o disposto no artigo 50º.

4. Aos estabelecimentos referidos na alínea b) do número anterior, aplica-se o disposto no artigo 56º.

ARTIGO 53º.

(Estabelecimentos hoteleiros e similares)

Aos estabelecimentos hoteleiros e similares, nas condições da presente secção, aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 58º. para edificações de utilização colectiva.

ARTIGO 54º.

(Estabelecimentos turísticos, parques de campismo e turismo)

Aos estabelecimentos turísticos e aos parques de campismo e turismo, nas condições da presente secção, aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 51º. para loteamentos urbanos.

ARTIGO 55º.

(Hospitais, estabelecimentos hospitalares, clínicas e similares)

Aos hospitais, estabelecimentos hospitalares, clínicas e similares, nas condições da presente secção, aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 52º. para os estabelecimentos comerciais.

ARTIGO 56º.

(Estabelecimentos e actividades industriais e edificações de carácter industrial)

1. Os estabelecimentos industriais localizados em zonas servidas por sistemas municipais terão que possuir sistemas próprios de drenagem das águas residuais industriais produzidas, para além de sistemas individuais de evacuação dos excreta e das águas residuais domésticas, podendo ambos os sistemas ter instalações de tratamento e destino final comuns ou separadas.

2. O projecto dos sistemas próprios de águas residuais domésticas e industriais acompanhará o respectivo projecto geral das edificações, apresentado nos termos da alínea c) do artigo 1º. do Decreto-Lei nº.166/70, de 15 de Abril.

3. Aprovados os projectos, o Município vigiará pelo seu bom cumprimento durante a execução das obras e acompanhará o funcionamento dos sistemas, por forma a prevenir prejuízos para a saúde pública e a salubridade do ambiente.

4. As empresas assegurarão a exploração dos sistemas próprios, sob vigilância do Município.

5. O Município poderá assegurar a exploração dos sistemas referidos neste artigo, mediante celebração de protocolo com as empresas, o qual estabelecerá as condições acordadas entre as partes.

ARTIGO 57º.

(Estabelecimentos agrícolas, pecuários e similares)

1. Os estabelecimentos agrícolas, pecuários, agro-pecuários e similares, localizados em zonas não servidas por sistemas municipais terão que possuir sistemas próprios de drenagem das águas residuais industriais produzidas, para além de sistemas individuais de evacuação dos excreta não humanos, podendo estes sistemas ter instalações de tratamento e destino final comuns ou separadas.

2. O projecto dos sistemas próprios de águas residuais domésticas e industriais deverá ser submetido à aprovação do Município, mesmo que os estabelecimentos em causa não estejam sujeitos, por lei, a licenciamento.

3. Nenhum estabelecimento poderá funcionar sem que se verifique uma das seguintes condições:

- a) se tenham realizado obras de evacuação das águas residuais e dos excreta e de controle da poluição dela resultante, de acordo com projecto aprovado pelo Município, que estejam em bom funcionamento;
- b) se haja demonstrado, em estudo apropriado, aprovado pelo Município, que das suas actividades não resultam águas residuais industriais prejudiciais para a saúde pública ou para os meios receptores.

4. Aprovados os projectos, o Município vigiará pelo seu bom cumprimento durante a execução das obras e acompanhará o funcionamento dos sistemas, por forma a prevenir prejuízos para a saúde pública e a salubridade do ambiente.

5. As empresas assegurarão a exploração dos sistemas próprios, sob vigilância do Município.

6. O Município poderá assegurar a exploração dos sistemas referidos neste artigo, mediante celebração de protocolo com as empresas, o qual estabelecerá as condições acordadas entre as partes.

ARTIGO 58º.

(Sistemas semi-municipais)

Os sistemas privados em que a exploração é assegurada pelo Município em regime de acordo com as empresas, designam-se por "sistemas semi-municipais".

ARTIGO 59º.

(Sistemas de drenagem de águas residuais pluviais)

Sempre que tal se revelar indispensável, o Município poderá exigir a apresentação de projectos e a execução de obras de drenagem de águas residuais pluviais, devendo fazê-lo sempre relativamente aos loteamentos urbanos.

TÍTULO IV

Projectos e Obras

CAPÍTULO I

"Elaboração e aprovação de projecto"

SECÇÃO I

Disposições gerais

ARTIGO 60º.

(Autoria de projectos)

1. A autoria dos projectos a que se refere o presente capítulo deverá caber a engenheiro, licenciado ou bacharelado, que para o efeito reúna as qualificações legalmente exigidas, ou a empresas consultoras ou grupos de técnicos, sem prejuízo da designação por estas entidades de um engenheiro responsável.

2. A autoria de projectos respeitantes a estações de tratamento regidas pelo presente Regulamento, nos termos da definição constante do nº.5 do artigo 182º., só poderá caber a empresas consultoras ou a grupos de técnicos.

3. Em caso de dúvida sobre a aplicação do disposto no nº. anterior, o Município decidirá caso a caso, face ao grau de complexidade dos órgãos de tratamento.

ARTIGO 61º.

(Inscrição de projectistas no Município)

1. Os autores de projectos, sejam eles individuais, empresas consultoras ou grupos de técnicos, deverão estar inscritos no Município para poderem desempenhar na sua área a actividade a que respeita o presente Título.

2. A inscrição a que se refere o número anterior será permitida, sem prejuízo do disposto no artigo anterior, aos requerentes individuais que possuam as habilitações legalmente exigidas e às empresas consultoras e grupos de técnicos cuja direcção seja exercida por um engenheiro sanitarista ou por um engenheiro com curso de pós-graduação que se revele idóneo e apropriado.

3. A inscrição de empresas consultoras e de grupos de técnicos que se proponham fazer projectos de estações de tratamento regidas pelo presente Regulamento depende, além dos requisitos exigidos no número anterior, de apresentação de currículo satisfatório em matéria de projectos e, ou obras e, ou acompanhamento do funcionamento de tais estações.

SECÇÃO II

Sistemas de esgoto das edificações

ARTIGO 62º.

(Apresentação de um projecto)

Para cumprimento do disposto no artigo 160º., os requerentes da licença de construção submeterão à aprovação do Município e com o original devidamente selado, o projecto dos sistemas de esgoto da edificação, compreendendo o traçado das canalizações privativas e a localização de instalações sanitárias, cozinhas ou outras compartimentações onde se originem águas residuais.

ARTIGO 63º.

(Inserção nos processos de licenciamento)

O projecto a que se refere o artigo anterior será submetido à aprovação do Município devidamente inserido no processo de licenciamento de obras a que respeitar, devendo ser entregue após a aprovação do projecto de arquitectura.

ARTIGO 64º.

Peças constitutivas do projecto)

1. O projecto compreenderá, pelo menos, as seguintes peças escritas:

a) memória descritiva e justificativa, donde constem, no mínimo, a indicação dos aparelhos sanitários a instalar e as suas características, a na

tureza de todos os materiais e acessórios, os tipos de juntas e as condições de assentamento das canalizações;

- b) dimensionamento dos sistemas, com cálculos hidráulicos e indicação dos diâmetros e inclinações a utilizar, incluindo as características geométricas do ramal de ligação a executar ou a verificar, caso já exista;
 - c) caderno de encargos, contendo as condições técnicas de execução da obra.
2. O projecto compreenderá, pelo menos, as seguintes peças desenhadas:
- a) planta e corte do esquema geral dos sistemas, incluindo ramal de ligação, na escala mínima 1:100;
 - b) planta e corte das compartimentações sanitárias e de cozinha, na escala mínima de 1:50, incluindo, só no que respeita às águas residuais domésticas, a caracterização dos ramais de descarga e ventilação e dos sifões;
 - c) planta de implantação, na escala mínima 1:500, dos órgãos de tratamento no caso da não existência de rede de drenagem colectiva;
 - d) pormenores que sejam necessários, nomeadamente das câmaras, na escala mínima de 1:20.

ARTIGO 65º.

(Observância das distâncias a tubos de queda)

1. Quando, por motivo de construção de uma nova edificação, ou de ampliação de um edifício existente, deixaram de ser observadas, em relação a outra já licenciada ou já existente, quaisquer das condições indicadas nos números 3 e 4 do artigo 175º. deste Regulamento, o acto de concessão da licença para a construção ou ampliação citadas imporá a obrigação de se executarem simultaneamente as obras requeridas pelas condições referidas, as quais serão incluídas nos projectos respectivos.

2. Nos casos previstos no nº. anterior, deverá o requerente da licença de construção da nova edificação, ou da edificação a ampliar, indemnizar o proprietário ou proprietários da edificação já existente das despesas que sejam obrigados a fazer para satisfação do estipulado nas disposições referidas no número anterior.

ARTIGO 66º.

(Situações de inexistência de sistemas de drenagem colectivo)

1. Quando não existir sistema de drenagem colectivo, será obrigatória a inclusão no projecto, dos órgãos de tratamento e sua implantação e do estudo do destino final das águas residuais.

2. Se a obra se localizar na zona abrangida por um sistema municipal de evacuação dos excreta, serão cumpridas, no que respeita ao destino final das águas residuais e dos excreta produzidos nas edificações, as normas aplicáveis ao sistema referido.

ARTIGO 67º.

(Apreciação e aprovação)

1. O Município aprovará o projecto, após apreciação do mesmo pelos serviços técnicos competentes.

2. Na falta de aprovação, proceder-se-á à notificação, por escrito, das alterações julgadas indispensáveis, a fim de serem consideradas no projecto inicial ou de ser apresentado novo projecto.

ARTIGO 68º.

(Exemplar a patentear na obra)

1. Após a aprovação do projecto, será devolvido um exemplar completo do mesmo ao requerente da licença de construção.

2. O exemplar do projecto aprovado, referido no nº. anterior estará patente no local da obra, durante a construção, à disposição dos agentes de fiscalização.

ARTIGO 69º.

(Proibição de alterações)

1. Carecem de prévia autorização as alterações ao projecto aprovado.

2. A autorização que é referida no nº. anterior será obtida seguindo trâmites idênticos aos estabelecidos para a aprovação do projecto, nos artigos anteriores.

ARTIGO 70º.

(Autoria dos projectos)

Os projectos dos sistemas de esgoto das edificações poderão ser elaborados pelo Município, nos casos previstos neste Regulamento, ou por qualquer dos engenheiros, civis ou sanitaristas, licenciados ou bacharelados, inscritos no Município e no pleno gozo dos seus direitos profissionais, ou por empresas consultoras ou grupos de técnicos inscritos no Município.

SECÇÃO III
Sistemas de drenagem
SUB-SECÇÃO I
Sistemas Municipais

ARTIGO 71º.

(Elaboração dos projectos)

1. O Município elaborará, no desempenho das suas atribuições, os projectos necessários ao cumprimento dos seus planos e programas.

2. Quando houver manifesta impossibilidade de realização de um projecto no âmbito dos serviços competentes, o Município contratará aquela realização com uma empresa, um grupo de técnicos ou um técnico nas condições do artigo 76º...

ARTIGO 72º.

(Peças constitutivas dos projectos)

1. O projecto será constituído de acordo com os preceitos constantes das "Instruções para o Cálculo dos Honorários referentes a Projectos de Obras Públicas" aprovadas pela Portaria de 7 de Fevereiro de 1972.

2. Por acordo entre o Município e os autores dos projectos, poderão ser suprimidas uma ou mais fases previstas para os mesmos nas instruções referidas no número anterior, com excepção das fases de projecto de execução e de assistência técnica à obra, as quais não poderão ser suprimidas em caso algum.

3. Os anteprojectos e os projectos de execução compreenderão as peças escritas e desenhadas indicadas nas normas portuguesas NP-818 e NP-819, respectivamente.

ARTIGO 73º.

(Realização de concursos)

1. O Município decidirá, face à grandeza e complexidade de abertura de concurso para elaboração de projectos.

2. Aos concursos para elaboração de projectos apenas poderão concorrer empresas, grupos de técnicos, ou técnicos inscritos no Município.

3. Nos programas dos concursos ficará bem esclarecida a metodologia de apreciação das propostas, procurando-se adjudicar os projectos à proposta que oferecer melhores garantias técnicas e financeiras.

4. As propostas de preço deverão ser encerradas em invólucro separado dos restantes documentos a apresentar a concurso, sendo a sua abertura efectiva-

da após a classificação técnica das propostas, individual e sucessivamente, pela ordem em que estas forem alistadas, até se atingir uma decisão.

ARTIGO 74º.

(Apreciação e aprovação)

1. O Município aprovará o projecto após apreciação do mesmo pelos serviços técnicos competentes.
2. Os serviços técnicos competentes acompanharão, dentro das suas possibilidades, a elaboração do projecto, por forma a permitir uma mais fácil e rápida apreciação.
3. O Município poderá introduzir alterações ao projecto submetido à sua aprovação, desde que devidamente fundamentadas, após consulta ao projectista.
4. Na falta de aprovação, proceder-se-á à notificação, por escrito, das alterações julgadas indispensáveis, afim de serem consideradas no projecto inicial ou de ser apresentado novo projecto.

ARTIGO 75º.

(Exemplar a patentear na obra)

Reservar-se-á um exemplar do projecto aprovado para estar patente no local da obra, durante a construção, à disposição dos agentes da fiscalização.

ARTIGO 76º.

(Autoria dos projectos)

1. Os projectos de sistemas de drenagem incluídos nos sistemas municipais de águas residuais ou de evacuação dos excreta poderão ser elaborados pelo Município ou por qualquer das empresas consultoras, grupos de técnicos, engenheiros, civis ou sanitaristas, licenciados ou bacharelados, inscritos no Município e no plena gozo dos seus direitos profissionais.

SUB-SECÇÃO II

Sistemas privados, incluindo loteamentos urbanos

ARTIGO 77º.

(Apresentação de um projecto)

1. Os requerentes da licença de construção ou loteamento submeterão à aprovação do Município, o projecto dos sistemas de drenagem colectiva dos seus prédios ou loteamentos.
2. O original do projecto, devidamente selado, e os restantes exemplares, serão acompanhados da planta de localização das obras, a fornecer pelo Município.

ARTIGO 78º.

(Fases dos projectos)

1. Os projectos desenvolver-se-ão em princípio de acordo com as seguintes fases, podendo algumas delas ser suprimidas na sua apresentação formal, por acordo entre o dono da obra, o autor do projecto e o Município: programa preliminar, programa base, estudo prévio, projecto base, projecto de execução e assistência técnica à obra.

2. As fases de projecto de execução e de assistência à obra não poderão ser suprimidas em caso algum.

ARTIGO 79º.

Constituição das fases dos projectos)

1. A constituição das fases dos projectos até ao projecto de execução, exclusivé, deverá ser de molde a satisfazer os condicionamentos expressos nas "Instruções para Cálculos dos Honorários referentes a Projectos de Obras Públicas" aprovados pela portaria de 7 de Fevereiro de 1972, na norma portuguesa NP-818 e na restante legislação aplicável.

2. O projecto de execução será apresentado por forma a constituir um conjunto coordenado das informações escritas e desenhadas, de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra, e, sem prejuízo do estipulado na NP-819, deverá incluir as seguintes peças:

- a) memória descritiva e justificativa;
- b) cálculos relativos às diferentes partes da obra;
- c) medições;
- d) orçamento;
- e) peças desenhadas;
- f) condições técnicas e jurídicas, gerais e especiais, do caderno de encargos;
- g) programa de trabalhos.

ARTIGO 80º.

(Factores e condicionamentos a considerar na elaboração dos projectos)

1. Na elaboração dos projectos devem ser tomadas em devida conta os seguintes factores e condicionamentos de ordem geral:

- a) características topográficas, geológicas e hidrológicas da zona;
- b) situação actual dos aglomerados existentes;
- c) desenvolvimento dos aglomerados ou loteamentos urbanos;
- d) dados de base de dimensionamento das obras;
- e) outras infraestruturas que possam interferir com o projecto e execução das obras.

2. Os interessados poderão consultar o Município, antes da apresentação do projecto, sobre os factores e condicionamentos referidos no número anterior e quaisquer outros que mereçam ser levados em conta.

ARTIGO 81º.

(Faseamento das obras)

1. O faseamento da execução das obras será sempre definido a partir do nível de estudo prévio e inserir-se-á no planeamento geral do Município.

2. O faseamento referido no número anterior deverá ter em conta:

- a) as condições técnicas de funcionamento no início e no final de exploração;
- b) a viabilidade e conveniência de execução faseada dos trabalhos de construção;
- c) os condicionamentos financeiros.

3. Sempre que se estabeleçam duas ou mais fases de construção, as medições e o orçamento serão apresentados em separado para cada uma delas.

ARTIGO 82º.

(Implantação das obras)

1. A implantação das obras será sempre representada sobre plantas topográficas a escala conveniente, a definir pelo Município.

2. Sempre que se trate de obras a integrar em sistemas de infraestruturas existentes, a planta de implantação do projecto deverá também ser apresentada à escala em que já exista o cadastro daquelas infraestruturas.

ARTIGO 83º.

(Estações de tratamento e lançamento em destino final)

Quando existir sistema municipal ou privado ao qual se puder ligar o sistema de drenagem a projectar, será incluída no projecto a estação de tratamento ou os órgãos de lançamento em destino final, aplicando-se, neste caso, para o projecto, considerado no seu todo, o disposto na Sub-secção II da Secção IV deste capítulo.

ARTIGO 84º.

(Apreciação e aprovação)

1. O Município aprovará o projecto após apreciação do mesmo pelos serviços técnicos competentes.

2. Na falta de aprovação, proceder-se-á à notificação, por escrito, das alterações julgadas indispensáveis, a fim de serem consideradas no projecto

inicial ou de ser apresentado novo projecto.

ARTIGO 85º.

(Exemplar a patentear na obra)

1. Após a aprovação do projecto, será enviado um exemplar completo do mesmo ao proprietário ou usufrutuário do prédio ou ao requerente da licença de construção ou loteamento.

2. O exemplar do projecto aprovado referido no nº. anterior deverá estar patente no local da obra, durante a construção, à disposição dos agentes de fiscalização.

ARTIGO 86º.

(Proibição de alteração)

1. Carecem de prévia autorização as alterações ao projecto aprovado.

2. A autorização que é referida no nº. anterior será obtida seguindo trâmites idênticos aos estabelecidos para a aprovação do projecto, nos artigos anteriores.

ARTIGO 87º.

(Autoria dos projectos)

Os projectos dos sistemas de drenagem privados poderão ser elaborados por qualquer dos engenheiros, civis ou sanitaristas, licenciados ou bacharelados, inscritos no Município e no pleno gozo dos seus direitos profissionais ou empresas consultoras ou grupos de técnicos inscritos no Município.

SECÇÃO IV

Estações de tratamento

SUB-SECÇÃO I

Estações de tratamento de águas residuais comunitárias
inseridas em sistemas Municipais

ARTIGO 88º.

(Elaboração dos projectos)

1. O Município elaborará, no desempenho das suas atribuições, os projectos necessários ao cumprimento dos seus planos e programas.

2. Quando houver manifesta impossibilidade de realização de um projecto no âmbito dos serviços competentes, o Município contratará aquela realização com uma empresa consultora ou um grupo de técnicos, devidamente inscritos.

ARTIGO 89º.

(Fases dos projectos)

1. Os projectos desenvolver-se-ão em princípio de acordo com as seguintes fases, podendo algumas delas ser suprimidas, na sua apresentação formal, por acordo entre o Município e o autor do projecto: programa preliminar, programa-base, estudo prévio, projecto-base, projecto de execução e assistência técnica à obra.

2. As fases de projecto de execução e de assistência técnica à obra não poderão ser suprimidas em caso algum.

ARTIGO 90º.

(Constituição das fases dos projectos)

1. A constituição das fases dos projectos será de molde a satisfazer os condicionamentos expressos nas "Instruções para Cálculo dos Honorários referentes a Projectos de Obras Públicas", aprovados pela Portaria de 7 de Fevereiro de 1972, e nas normas portuguesas NP-818 e NP-819.

2. O estudo prévio, sem prejuízo do estipulado nas instruções a que se refere o número anterior, deverá incluir:

- a) estudo de alternativas tecnicamente viáveis;
- b) cálculo de custos de primeiro investimento para as alternativas;
- c) cálculo de custos de operação e manutenção para as alternativas;
- d) comparação técnico-económica das alternativas.

ARTIGO 91º.

(Faseamento das obras)

1. O faseamento da execução das obras deverá ser sempre definido a partir do nível do estudo prévio.

2. Sempre que se estabeleçam duas ou mais fases de construção, as medições e orçamento deverão ser apresentados em separado para cada uma das fases.

ARTIGO 92º.

(Realização de concursos)

1. O Município abrirá concurso para a elaboração do projecto de uma estação de tratamento sempre que se trate de um projecto diverso do respectivo sistema de drenagem.

2. Aplicar-se-á a metodologia definida, em linhas gerais, nos números 3 e 4 do artigo 73º.

ARTIGO 93º.

(Apreciação e aprovação)

Aplicar-se-á o disposto no artigo 74º. à apreciação e aprovação dos projectos de estações de tratamento a que respeita a presente Sub-secção.

ARTIGO 94º.

(Exemplar a patentear na obra)

Aplicar-se-á o disposto no artigo 75º. quanto à existência na obra de um exemplar dos projectos das estações de tratamento a que respeita a presente Sub-secção.

ARTIGO 95º.

(Alterações aos projectos submetidos a aprovação)

Aplicar-se-á o disposto no artigo 74º., número 3, às alterações aos projectos respeitantes a estações de tratamento reguladas pela presente Sub-secção, quando os mesmos hajam sido submetidos a aprovação.

ARTIGO 96º.

(Autoria dos projectos)

Os projectos de estações de tratamento incluídas em sistemas municipais de águas residuais ou de evacuação dos excreta poderão ser elaborados pelo Município ou por qualquer das empresas consultoras, ou grupos de técnicos, inscritos para o efeito no Município e no pleno gozo dos seus direitos profissionais.

SUB-SECÇÃO II

Estações de tratamento de águas residuais comunitárias inseridas em sistemas privados, incluindo loteamentos urbanos

ARTIGO 97º.

(Apresentação dos projectos)

1. Os requerentes da licença de construção submeterão à aprovação do Município, o projecto das estações de tratamento de águas residuais domésticas ou comunitárias, dos seus prédios ou loteamentos.

2. O original do projecto, devidamente selado, e os restantes exemplares, serão acompanhados da planta de localização a fornecer pelo Município.

ARTIGO 98º.

(Fases dos projectos e sua constituição)

Aplica-se às estações regidas pela presente Sub-secção o disposto nos artigos 89º. e 90º.

ARTIGO 99º.

(Características das instalações e critérios gerais de projecto)

1. Aplica-se às estações regidas pela presente Sub-secção o disposto na Secção IV do capítulo III do Título III deste Regulamento.
2. O Município será obrigatoriamente consultado sobre os factores e condicionamentos a considerar na elaboração do projecto.

ARTIGO 100º.

(Faseamento das obras)

Aplica-se às estações regidas pela presente Sub-secção o disposto no artigo 91º..

ARTIGO 101º.

(Apreciação e aprovação)

Aplica-se às estações regidas pela presente Sub-secção o disposto no artigo 84º..

ARTIGO 102º.

(Exemplar a patentear na obra)

Aplica-se às estações regidas pela presente Sub-secção o disposto no artigo 85º..

ARTIGO 103º.

(Proibição de alterações)

Aplica-se às estações regidas pela presente Sub-secção o disposto no artigo 86º..

ARTIGO 104º.

(Autoria dos projectos)

Os projectos de estações de tratamento de águas residuais domésticas ou comunitárias, incluídas em sistemas privados, poderão ser elaborados por qualquer empresa consultora, ou grupos de técnicos, que estejam nas condições estabelecidas no artigo 61º..

SUB-SECÇÃO III

Estações de pré-tratamento de águas residuais industriais
inseridas em sistemas municipais

ARTIGO 105º.

(Apresentação dos projectos)

1. Para cumprimento do artigo 165º., os requerentes da licença de construção ou os empresários submeterão à aprovação do Município o projecto, em quintuplicado, das estações de pré-tratamento de águas residuais industriais indispensáveis à aprovação do pedido de licença de ligação à rede de drenagem.

2. O original do projecto, devidamente selado, e os restantes exemplares, serão acompanhados da planta de localização, a fornecer pelo Município.

ARTIGO 106º.

(Fases do projecto)

1. O projecto terá, em princípio, o carácter de projecto de execução.

2. No caso de se estar em presença de águas residuais com características qualitativas muito complexas ou muito afastadas dos valores admissíveis para ligação dos sistemas de drenagem, o Município exigirá que o projecto de execução seja precedido dum estudo prévio, cujos trâmites de elaboração e aprovação serão idênticos aos preconizados na Sub-secção I da presente Secção.

3. A fim de orientar o Município na decisão inscrita no número anterior, indicam-se no Quadro 15 do Anexo VI a este Regulamento, valores-base, por unidade de produção, das características mais relevantes das águas residuais das actividades industriais e agro-pecuárias mais significativas.

ARTIGO 107º.

(Constituição das fases dos projectos)

Aplica-se à constituição das fases dos projectos o disposto no artigo 90º.

ARTIGO 108º.

(Aplicação de disposições anteriores)

Aplicam-se aos projectos regidos pela presente Sub-secção, com as adaptações indispensáveis, as disposições constantes dos artigos 99º., a 104º. deste Regulamento.

SUB-SECÇÃO IV

Estações de tratamento de águas residuais industriais
inseridas em sistemas privados

ARTIGO 109º.

(Apresentação dos projectos)

1. Os requerentes da licença de construção dos prédios onde se processam actividades que produzam águas residuais industriais, ou os empresários que as exerçam, submeterão à aprovação do Município o projecto das estações de tratamento das águas residuais produzidas.

2. Os trâmites processuais da aprovação referida no número anterior veriarão consoante o prédio em que localidades produtores das águas residuais seja:

- a) um estabelecimento licenciado pelo Estado;
- b) um estabelecimento licenciado por alvará municipal, ao abrigo da Portaria 6065, de 30 de Março de 1929;
- c) uma edificação licenciada pelo Município ao abrigo da legislação sobre licenciamento municipal de obras particulares;
- d) uma edificação ou um estabelecimento que não careça de licenciamento pelo Estado ou pelo Município, mas que produza águas residuais de tal qualidade e esteja localizado de tal modo que coloque ao abrigo do disposto no licenciamento do lançamento de efluentes nos meios hídricos públicos;
- e) uma edificação ou um estabelecimento cujas obras sejam iniciativa dos serviços do Estado ou de empresas públicas;
- f) uma edificação ou um estabelecimento cujas obras sejam iniciativa do Município;
- g) uma edificação ou um estabelecimento que não careça de licenciamento.

3. Quaisquer que sejam os trâmites especiais de cada caso, o projecto a que se refere o número 1 deste artigo, será apresentado em quintuplicado, devendo o original do projecto, devidamente selado, e os restantes exemplares ser acompanhados da planta de localização, a fornecer pelo Município.

ARTIGO 110º.

(Estabelecimentos licenciados pelo Estado)

1. Os requerentes dos pedidos de licenciamento de estabelecimentos licenciados pelo Estado apresentarão o projecto referido no número 1 do artigo anterior com o faseamento seguinte:

- a) com o pedido de autorização de viabilidade, o estudo prévio, incluindo a caracterização qualitativa dos efluentes e o estudo do lançamento em destino final.

b) com o projecto do estabelecimento, o projecto de execução.

2. Aplicar-se-ão, com as devidas adaptações, as disposições constantes dos artigos 99º. e 104º.

ARTIGO 111º.

(Estabelecimentos licenciados por alvará municipal)

1. Para efeitos de aplicação deste Regulamento, a área de jurisdição do Município, no que respeita aos estabelecimentos incluídos no âmbito da Portaria 6065, de 30 de Março de 1929, será o território do concelho.

2. Os requerentes dos pedidos de alvará dos estabelecimentos referidos no número anterior seguirão, para aprovação dos projectos respectivos, trâmites idênticos aos indicados na Sub-secção II da presente Secção.

ARTIGO 112º.

(Obras particulares sujeitas a licenciamento municipal)

A aprovação do projecto, referida no nº.1 do artigo 109º., seguirá trâmites idênticos aos indicados na Sub-secção II da presente Secção.

ARTIGO 113º.

(Estabelecimentos sujeitos a licenciamento de lançamento de efluentes nos meios hídricos públicos)

1. Para efeitos de aplicação deste Regulamento, o licenciamento municipal de obras particulares estender-se-á a todos os estabelecimentos cujos efluentes necessitem de obtenção de licenciamento do Estado para lançamento de efluentes nos meios hídricos públicos.

2. A aprovação do projecto, referida no nº.1 do artigo 109º., será independentemente do processo de licenciamento, pelo Estado, do lançamento de efluentes nos meios hídricos públicos, e seguirá os trâmites indicados no artigo 112º.

3. Para efeitos de aprovação do projecto pelo Município, os parâmetros de qualidade a respeitar no lançamento dos efluentes nos meios hídricos públicos serão os que forem estabelecidos neste Regulamento, desde que não contrariem o determinado a esse respeito pela Direcção dos Serviços de Controle da Poluição da Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos.

ARTIGO 114º.

(Obras do Estado e de empresas públicas)

A aprovação do projecto, referida no número 1 do artigo 109º., será obrigatória no caso de obras da iniciativa dos serviços do Estado, contemplando-se, porém, as dispensas de formalidades que legalmente sejam applicáveis ao caso em apreço.

ARTIGO 115º.

(Obras do Município)

Aplicar-se-á às obras do Município o disposto no artigo anterior, com as adaptações devidas.

ARTIGO 116º.

(Edificações ou estabelecimentos que não careçam de licenciamento)

Desde que o Município, após inquérito e estudo adequados, chegue à conclusão de que qualquer edificação ou estabelecimento legalmente isento ou não carecido de qualquer tipo de licenciamento produz águas residuais ou excreta de modo a desrespeitar o disposto no presente Regulamento, nomeadamente quanto a meios receptores e outros destinos finais, obrigará o respectivo proprietário, usufrutuário ou a empresa que nele exerça actividade a executar as obras de tratamento indispensáveis, mediante a apresentação e aprovação de um projecto apropriado, nos termos estabelecidos no artigo 109º.

C A P Í T U L O I I

"Execução de obras"

SECÇÃO I

Disposições gerais

ARTIGO 117º.

(Obras abrangidas)

As disposições do presente capítulo aplicam-se à execução de todas as obras relativas a sistemas de águas residuais cuja execução ou fiscalização competem ao Município.

ARTIGO 118º.

(Classificação das obras)

Para o efeito do disposto neste capítulo, as obras classificar-se-ão em três tipos:

- a) obras municipais;
- b) obras dos serviços de Estado e de empresas públicas;
- c) obras particulares.

ARTIGO 119º.

(Intervenção do Município)

1. Nas obras municipais, o dono da obra é o Município, cabendo-lhe a fiscalização quando a execução não for efectuada por administração directa, ou, o respectivo acompanhamento, quando o for por administração directa.

2. Nas obras dos serviços de Estado e de empresas públicas, caberá ao Município exercer o respectivo acompanhamento ou a fiscalização, no caso de lhe ser delegada competência para tal.

3. Nas obras particulares, caberá ao Município, em qualquer caso, a fiscalização da execução e, em circunstâncias determinadas pelo presente Regulamento, a responsabilidade da execução, directamente ou por empreitada.

SECÇÃO II

Execução de obras

SUB-SECÇÃO I

Regras aplicáveis

ARTIGO 120º.

(Cláusulas jurídicas)

1. Na execução dos trabalhos e fornecimento abrangidos por uma obra e na prestação dos serviços que nela se incluem observar-se-ão, em caso de realização por empreitada:

- a) as cláusulas dos contratos e respectivos anexos;
- b) o Decreto-Lei nº.390/82 de 17 de Setembro, o Código Administrativo, o Decreto-Lei nº.48871, de 19 de Fevereiro de 1969, modificado pelos Decretos-Lei nºs. 157/74, de 19 de Abril e nº. 232/80, de 16 de Julho;
- c) a restante legislação aplicável, respeitante à construção, às instalações de pessoal, à previdência social, ao desemprego, à segurança industrial e à saúde ocupacional.

2. Para o efeito do estabelecido na alínea a) do número anterior, consideramos integrados no contrato, na medida em que não contrariem o respectivo clausulado, o projecto, o caderno de encargos, os restantes elementos patenteados em concurso e mencionados no índice geral, a proposta do empreiteiro e, bem assim, todos os documentos que sejam referidos no título contratual ou no caderno de encargos.

3. Os diplomas legais e regulamentares a que se refere a alínea c) do nº. 1 serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

ARTIGO 121º.

(Regras de interpretação dos documentos que regem uma empreitada)

1. As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, e que não possam solucionar-se pelos critérios legais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com as seguintes regras:

- a) o estabelecido no próprio título contratual prevalecerá sobre o que constar de todos os demais documentos;
- b) o estabelecido na proposta prevalecerá sobre todos os restantes documentos, salvo naquilo em que tiver sido alterado pelo título contratual.
- c) nos casos de conflito entre o caderno de encargos e o projecto prevalecerá o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra, nos termos do artigo 51º. do Decreto-Lei nº.48871;
- d) o programa de concurso só terá relevância em último lugar.

2. Se no projecto existirem divergências em várias peças e não for possível solucioná-las pelos critérios legais de interpretação, resolver-se-ão nos seguintes termos:

- a) as peças desenhadas prevalecerão sobre todas as outras quanto à localidade, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
- b) o mapa de medições prevalecerá, no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto nos artigos 9º. e 10º. do Decreto-Lei nº.48871;
- c) em tudo o mais prevalecerá o que constar da memória descritiva e restantes peças do projecto.

ARTIGO 122º.

(Esclarecimento de dúvidas na interpretação dos documentos que regem uma empreitada)

1. As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege uma empreitada devem ser submetidas à fiscalização da obra antes de se iniciar a execução do trabalho sobre o qual elas recaiam. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos

Q

2 1 1

2 1 1

2 1 1

Q

ARTIGO 126º.

(Fiscalização)

A execução das instalações interiores de esgoto e instalações sanitárias fica sempre sujeita à fiscalização dos serviços do Município, os quais verificarão se a obra é executada de acordo com o projecto previamente aprovado.

ARTIGO 127º.

(Vistoria e ensaios)

1. O técnico responsável pela execução da obra deverá comunicar, por escrito, o seu início e conclusão ao Município, para efeitos de fiscalização, vistoria e ensaio.

2. A comunicação do início deverá ser feita com a antecedência mínima de cinco dias úteis.

3. O Município efectuará a vistoria e o ensaio das canalizações no prazo de cinco dias úteis após a recepção da comunicação do final da obra, na presença do técnico responsável pela execução da mesma.

4. Depois de efectuados a vistoria e o ensaio a que se refere o número anterior, o Município certificará a aprovação da obra, desde que a mesma tenha sido executada nos termos do projecto aprovado e satisfeito as condições de ensaio.

5. O ensaio a que se refere este artigo, destinado a verificar a perfeição do trabalho de assentamento e a total estanquidade do sistema é o especificado no capítulo IX do Título III.

ARTIGO 128º.

(Cobertura das canalizações)

1. Nenhuma canalização poderá ser coberta sem que tenha sido previamente inspeccionada, ensaiada e aprovada nos termos deste Regulamento.

2. No caso de qualquer sistema de canalização interior ter sido coberto, no todo ou em parte, antes de inspeccionado, ensaiado e aprovado, o técnico responsável pela obra será intimado a fazer descobrir as canalizações, após o que deverá ser feita por este nova comunicação para efeito de vistoria e ensaio.

3. Nenhuma canalização interior poderá ser ligada à rede sem que satisfaça as condições preceituadas neste Regulamento.

4. A licença de utilização de novos prédios só poderá ser concedida pela Câmara Municipal depois de a sua ligação à rede estar concluída e pronta a funcionar e o pagamento correspondente liquidado.

ARTIGO 129º.

(Responsabilidade municipal)

A aprovação das canalizações interiores não envolve qualquer responsabilidade para o Município, por danos motivados por roturas nas referidas canalizações ou por mau funcionamento dos sistemas.

ARTIGO 130º.

(Tarifas de inspecção e ensaio)

1. Pela inspecção e ensaio das canalizações são devidas tarifas, as quais serão fixadas pelo Município e dadas a conhecer em edital afixado até 30 de Novembro do ano anterior.

2. No ano de 1989 os valores das tarifas de inspecção serão os seguintes:

a) 1.000\$00 por fogo, quando se trate de edifícios de habitação;

b) 2.000\$00 por estabelecimento comercial ou outras instalações não destinadas a habitação;

c) 5.000\$00 por estabelecimento industrial.

3. A repetição do ensaio, devido a deficiências existentes, será paga pelo preço do ensaio anterior acrescido de cinquenta por cento.

SUB-SECÇÃO III

Obras de sistemas Municipais de evacuação das águas residuais e dos excreta e de controle da poluição dela resultante

ARTIGO 131º.

(Legislação aplicável)

Aplicar-se-à, às obras de sistemas municipais de evacuação das águas residuais e dos excreta e de controle da poluição dela resultante, o disposto na legislação nacional, e nos regulamentos regionais e municipais que tiveram pertinência na matéria de obras públicas, em geral, e de obras municipais, em particular.

SUB-SECÇÃO IV

Obras de sistemas particulares de evacuação das águas residuais e dos excreta e de controle da poluição dela resultante

ARTIGO 132º.

(Execução das obras)

As obras de sistemas particulares de evacuação das águas residuais e dos excreta e de controle da poluição dela resultante deverão ser executadas por empresas singulares ou colectivas inscritas no Município como empreiteiros de obras públicas.

ARTIGO 133º.

(Fiscalização, vistoria e ensaio)

A fiscalização, vistoria e ensaio, aplicar-se-ão, com as devidas adaptações, ad disposições dos artigos 455º. e 456º. do presente Regulamento.

ARTIGO 134º.

(Tarifas de inspecção e ensaio de obras)

1. Pela inspecção e ensaio das obras são devidas tarifas, as quais serão fixadas pelo Município e dadas a conhecer em edital afixado até 30 de Novembro do ano anterior.

2. No ano de 1989 os valores das tarifas de inspecção e ensaio serão os seguintes:

- a) 1.000\$00, por sistema de evacuação
- b) 20.000\$00, por estação de tratamento

3. A repetição do ensaio, devido a deficiências existentes, será paga pelo preço do ensaio anterior acrescido de cinquenta por cento.

SECÇÃO III

Fiscalização de obras Municipais

ARTIGO 135º.

(Agentes da fiscalização)

1. A execução dos trabalhos previstos neste Regulamento e efectuados pelo Município será fiscalizada pelos agentes que este para tal efeito designe.

2. Quando a fiscalização seja constituída por dois ou mais agentes, o Município designará um deles para a chefiar, como fiscal da obra. Sendo um só, a este caberão as funções de fiscal da obra.

3. A obra e o empreiteiro, quando houver, ficam também sujeitos à fiscalização que, nos termos de legislação especial, incumba a outras entidades. Essa fiscalização deve, porém, exercer-se de modo a que:

- a) seja dado prévio conhecimento ao fiscal da obra da efectivação de qualquer deligência no local de trabalho;
- b) sejam, imediatamente e por escrito, comunicados ao fiscal da obras todas as ordens dadas e as notificações feitas ao empreiteiro que possam influir no normal desenvolvimento dos trabalhos;
- c) sejam inscritas no livro da obra todas as ocorrências referidas.

ARTIGO 136º.

(Função da fiscalização)

A fiscalização incumbe vigiar e verificar o exacto cumprimento do projecto e suas alterações, do contrato, do caderno de encargos e do plano de trabalhos em vigor, e, designadamente:

- a) verificar a implantação da obra, de acordo com as referências necessárias fornecidas ao empreiteiro;
- b) verificar a exactidão ou o erro eventual das previsões do projecto, em especial, e com a colaboração do empreiteiro, no que respeita às condições do terreno;
- c) Aprovar os materiais a aplicar;
- d) vigiar os processos de execução;
- e) verificar as características dimensionais da obra;
- f) verificar, em geral, o modo como são executados os trabalhos;
- g) verificar a observância dos prazos estabelecidos;
- h) proceder às medições necessárias e verificar o estado de adiantamento dos trabalhos;
- i) averiguar se foram infringidas quaisquer disposições do contrato e das leis e regulamentos aplicáveis;
- j) verificar se os trabalhos são executados pela ordem e com os meios estabelecidos no respectivo plano;
- l) comunicar ao empreiteiro as alterações introduzidas no plano de trabalhos pelo dono da obra e a aprovação das propostas apresentadas pelo empreiteiro;
- m) informar da necessidade ou conveniência do estabelecimento de novas serventias ou da modificação das previstas e da realização de quaisquer aquisições ou expropriações, pronunciar-se sobre as circunstâncias que, não havendo sido previstas no projecto, confirmam a terceiro direito a indemnização, e informar das consequências contratuais e legais desses factos;

- n) resolver, sempre que seja competência, todas as questões que surjam ou lhe sejam postas pelo empreiteiro e providenciar no que seja necessário para o bom andamento dos trabalhos, para a perfeita execução e segurança da obra e facilidade das medições;
- o) transmitir ao empreiteiro as decisões do Município e fazê-las cumprir;
- p) manter em dia o livro da obra.

ARTIGO 137º.

(Função da fiscalização nas empreitadas por percentagem)

Quando se trate de trabalhos realizados por percentagem, a fiscalização, além de promover o necessário para que a obra se execute com perfeição e dentro da maior economia possível, deve:

- a) acompanhar todos os processos de aquisição de materiais, sugerindo ou impondo, se for necessário, a consulta e a aquisição a empresas que possam oferecer melhores condições de fornecimento, quer em qualidade, quer em preço;
- b) vigiar todos os processos de execução, sugerindo ou impondo, se for necessário, a adopção dos que conduzam a maior perfeição ou economia;
- c) visar todos os documentos de despesa, quer de materiais, quer de salários;
- d) velar pelo conveniente acondicionamento dos materiais e pela sua guarda e aplicação;
- e) verificar toda a contabilidade da obra, impondo a efectivação dos registos que considere necessários.

ARTIGO 138º.

(Modos de actuação da fiscalização)

1. Para realização das suas atribuições, a fiscalização dará ao empreiteiro ordens, far-lhe-á avisos e notificações, procederá às verificações e medições e praticará todos os demais actos necessários.

2. Os actos referidos no número anterior só poderão provar-se, contra ou a favor do empreiteiro, mediante documento escrito ou registado no livro da obra, para o que tal documento terá que ser mantido em dia.

3. A fiscalização deverá processar-se sempre de modo a não perturbar o andamento normal dos trabalhos e sem anular a iniciativa e correlactiva responsabilidade do empreiteiro.

ARTIGO 139º.

(Reclamação contra ordens recebidas)

1. Se o empreiteiro reputar ilegal, contrária ao contrato ou perturbadora dos trabalhos qualquer ordem recebida, deverá apresentar ao fiscal da obra, no prazo de cinco dias, a sua reclamação de cujo duplicado será passado recibo.

2. Se a ordem não tiver sido da autoria do fiscal da obra, encaminhará este imediatamente a reclamação para a entidade competente, pedindo as necessárias instruções.

3. O fiscal da obra notificará ao empreiteiro a decisão tomada no prazo de trinta dias, equivalendo o seu silêncio ao deferimento da reclamação.

4. Em casos de urgência ou de perigo iminente, poderá o fiscal da obra confirmar por escrito a ordem de que penda a reclamação, exigindo o seu imediato cumprimento.

5. Nos casos do nº. anterior, e bem assim quando a reclamação for indeferida, será o empreiteiro obrigado a cumprir prontamente a ordem, ficando, porém, liberto de toda a responsabilidade que desse cumprimento resultar e tendo direito a ser indenizado do prejuízo e do aumento de encargos que suporte, se vier a ser reconhecida a procedência da sua reclamação.

ARTIGO 140º.

(Falta de cumprimento da ordem)

1. Se o empreiteiro não cumprir ordem legal, dimanada do fiscal da obra, dada por escrito sobre matéria relativa à execução, nos termos contratuais da empreitada, e não houver sido absolutamente impedido de o fazer por caso de força maior, assistirá ao Município o direito de rescindir o contrato por culpa do empreiteiro.

2. Se o Município não rescindir o contrato ficará o empreiteiro responsável pelos danos emergentes da desobediência.

T I T U L O VI

PENALIDADES, RECLAMAÇÕES E RECURSOS

CAPÍTULO I

"Penalidades"

SECÇÃO I

Disposições Gerais

ARTIGO 141º.

(Violação do Regulamento)

O incumprimento do disposto neste Regulamento sujeita às penalidades estabelecidas no presente capítulo, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal a que tal procedimento possa dar origem.

ARTIGO 142º.

(Regularização da situação do infractor)

1. Se nada existir em contrário, todo aquele que se encontrar em posição de infractor ao disposto neste Regulamento, terá a possibilidade de regularizar a sua situação, em conformidade com as disposições do mesmo, no decurso de um prazo, definido caso a caso pelos serviços competentes do Município.

2. O infractor será avisado da sua situação e das medidas que deverá tomar para a normalizar, através de carta registada com aviso de recepção a ele dirigida pelos serviços competentes do Município.

3. se o infractor não der execução às medidas prescritas nos termos do nº.2 deste artigo, dentro do prazo estipulado, ficará imediatamente sujeito às penalidade que para tanto se prevejam neste capítulo.

ARTIGO 143º.

(Execução subrogatória)

1. Sempre que as medidas citadas no artigo anterior envolvam a execução de obras e estas não forem realizadas pelo infractor dentro do prazo estipulado, poderão as mesmas ser efectuadas pelo Município, procedendo este de seguida à cobrança coerciva das correspondentes despesas.

2. A cobrança mencionada no nº. anterior, acrescida de cinquenta por cento para despesas de administração, será efectuada dentro de 15 dias a contar da notificação da conclusão dos trabalhos e da apresentação da respectiva conta, podendo ser feita de um só vez no máximo de doze unidades iguais, se assim for requerido, mediante o acréscimo do juro anual à taxa legal.

3. Na falta de pagamento, a dívida passará a vencer juros de mora e

será debitada ao tesoureiro dos serviços competentes do respectivo Município para efeitos de procedimento executivo.

4. O prazo fixado no número 2, deste artigo só poderá ser prorrogado por deliberação da Câmara Municipal, a requerimento dos interessados, por motivo de força maior ou outro devidamente justificado.

SECÇÃO II

Coimas e apreensão de objectos

ARTIGO 144º.

(Coimas para contra-ordenações em geral)

1. Qualquer violação do disposto neste Regulamento constituiu contra-ordenação a punir com coimas de 2.000\$00 a 200.000\$00 consoante a sua gravidade e as circunstâncias em que for praticada.

2. Quando aplicadas a pessoas colectivas as coimas previstas no número anterior poderão ser elevadas para o dobro, salvo se outros limites forem fixados por lei.

ARTIGO 145º.

(Coimas para contra-ordenações especificadas)

1. Serão punidas com as seguintes coimas, as contra-ordenações abaixo designadas:

- a) aquele que incorrer numa contra-ordenação sem consequências sanitárias ficará obrigado a pagar a coima de 2.000\$00, inclusivé, a 50.000\$00, inclusivé;
- b) aquele que incorrer numa contra-ordenação com consequências sanitárias ficará obrigado a pagar a coima de 30.000\$00, inclusivé, a 120.000\$00, inclusivé;
- c) aquele que incorrer numa contra-ordenação com consequências sanitárias graves, ficará obrigado a pagar a coima de 120.000\$00, exclusivé, a 200.000\$00.

2. A classificação da gravidade das consequências sanitárias da contra-ordenação competirá à Câmara Municipal, podendo ser previamente ouvida a autoridade sanitária municipal.

ARTIGO 146º.

(Reincidência)

Em caso de reincidência, a contra-ordenação será punida pelo pagamento da coima respectiva pelo dobro, reduzido ao limite máximo imposto por lei, quando for caso disso.

ARTIGO 147º.

(Processamento das contra-ordenações e aplicação das coimas)

1. O processamento das contra-ordenações e a aplicação das coimas competem ao Município, ressalvadas as particularidades previstas no Decreto-Lei nº.433/82 de 27 de Outubro.

2. O Município poderá delegar a competência para aplicação da coima em qualquer dos seus membros.

ARTIGO 148º.

(Regime da aplicação e execução das coimas)

O Município observará o disposto no Decreto-Lei nº.433/82 de 27 de Outubro, em tudo o que respeitar à aplicação e execução das coimas.

ARTIGO 149º.

(Norma remissiva)

O Município respeitará o disposto no Decreto-Lei nº.433/82 de 27 de Outubro, em tudo quanto o mesmo for aplicável.

ARTIGO 150º.

(Processo de advertência)

1. Em caso de contra-ordenação sem consequências sanitárias poderá o Município decidir-se por uma advertência acompanhada da exigência do pagamento de uma soma pecuniária nunca superior a 500\$00.

2. Este processo só terá lugar quando o arguido, informado do direito de o recusar, com ele se conformar e se dispuser a pagar a respectiva soma pecuniária imediatamente ou no prazo de cinco dias.

3. Nos casos referidos nos nºs.1 e 2 não pode o facto voltar a ser apreciado e sancionado como contra-ordenação.

ARTIGO 151º.

(Apreensão de objectos)

1. O Município poderá decidir como sanção acessória de uma contra-ordenação a apreensão de objectos.

2. O Município observará o disposto no Decreto-Lei 433/82, de 27 de Outubro, em tudo o que respeitar ao processo especial de apreensão de objectos.

SECÇÃO III
Outras penalidades

ARTIGO 152º.

(Multas a aplicar)

As infracções a este Regulamento serão também aplicadas multas previstas noutros textos normativos, desde que neles se enquadrem e por eles se encontrem abrangidas.

ARTIGO 153º.

(Aplicação, cobrança e arrecadação de multas)

As multas previstas nesta secção serão aplicadas e arrecadadas pelo Município, sem prejuízo da competência dos tribunais ordinários para o julgamento das contravenções, nos termos da lei geral.

CAPÍTULO II

"Reclamações e recursos"

ARTIGO 154º.

(Reclamações)

1. Qualquer interessado poderá reclamar, por escrito, para o próprio autor do acto, de todos os actos ou omissões praticados pelos órgãos ou serviços do Município, sempre que os considerem contrários ao disposto neste Regulamento, sem prejuízo das outras formas de impugnação estabelecidas na lei geral.

2. A impugnação da liquidação e da cobrança das tarifas, taxas e multas previstas neste Regulamento obedece à lei geral sobre contencioso fiscal dos rendimentos autárquicos.

ARTIGO 155º.

(Recurso da decisão da aplicação de coima)

A decisão do Município que aplica uma coima é susceptível de impugnação judicial nos termos fixados pelo Decreto-Lei nº.433/82, de 27 de Outubro.

TÍTULO III

Disposições de Carácter Técnico

CAPÍTULO I

"Sistemas de esgoto das edificações"

SECÇÃO I

Terminologia específica

ARTIGO 156º.

(Definições)

E adoptada, neste capítulo, a seguinte terminologia específica, ordenada alfabeticamente:

1. Boca de limpeza - dispositivo realizado com peça recta ou curva e mureta de tampa amovível, que permite a inspecção e desobstrução de uma canalização.
2. Câmara de ramal de ligação - câmara implantada na extremidade de montante desse ramal.
3. Canalização (ou caldeira) de fraca pendente - canalização(ou caldeira) cuja inclinação de rasante não excede 40mm/m.
4. Caudal de descarga - caudal médio de evacuação de um ou mais aparelhos sanitários.
5. Caudal de projecto - caudal obtido do caudal médio por aplicação de um coeficiente, arbitrado ou conhecido, superior à unidade.
6. Caudal médio - relação entre o volume e o tempo de afluência das águas residuais.
7. Caudal mínimo - caudal obtido do caudal médio por aplicação de um coeficiente, arbitrado ou conhecido, inferior à unidade.
8. Caudal pluvial específico unitário - caudal por unidade de área, correspondente a uma determinada chuvada e a um período de retorno considerado adequado.
9. Colector de uma edificação ou edificações - troço de canalização de fraca pendente, privativo do serviço de uma ou mais edificações, para montante e com início na câmara de ramal de ligação, onde afluem as águas residuais provenientes de tubos de queda, de ramais de descarga e de condutas elevatórias existentes.
10. Coluna de ventilação - canalização vertical à qual vêm ligar-se os ramais de ventilação.
11. Fecho hídrico de um sifão - altura máxima de água, protectora, de um sifão.

12. Ramal de descarga - canalização de fraca pendente que conduz as águas residuais de um ou mais aparelhos sanitários ou ralos, em redes de esgoto de águas domésticas, e de caleiras, pátios ou terraços, em redes de esgoto de águas pluviais, a um tubo de queda ou a um colector de uma edificação.
13. Ramal de ligação - canalização de fraca pendente privativa do serviço de uma ou mais edificações, compreendida entre a câmara de ramal de ligação e a rede de drenagem colectiva.
14. Ramal de ventilação - canalização de ventilação que liga um ramal de descarga à coluna de ventilação.
15. Rede de esgoto de águas residuais de uma edificação - conjunto de canalizações destinado a conduzir as águas residuais de uma edificação para a rede geral. Pode ser de águas residuais domésticas, industriais ou pluviais.
16. Rede de ventilação de uma edificação - conjunto de canalizações destinado a assegurar a ventilação da rede de esgoto de águas residuais domésticas ou industriais de uma edificação e o bom funcionamento dos respectivos sifões.
17. Sifão - aparelho separador destinado a impedir a passagem para o ambiente dos gases existentes nas canalizações.
18. Sistema de esgoto de águas residuais domésticas das edificações - conjunto das redes de esgoto de águas residuais domésticas das edificações e dos respectivos órgãos ou instalações acessórias.
19. Sistema de esgoto de águas residuais industriais das edificações - conjunto das redes de esgoto de águas residuais industriais das edificações e dos respectivos órgãos ou instalações acessórias.
20. Sistema de esgoto de águas pluviais das edificações - conjunto das redes de esgoto de águas residuais pluviais das edificações e dos respectivos órgãos ou instalações acessórias.
21. Taxa de ocupação - relação entre a posição ocupada pelas águas residuais e a secção total do tubo de queda.
22. Tubo de queda - canalização vertical que recebe as águas residuais dos diferentes ramaís de descarga e as conduz a um colector de uma edificação.
23. Unidade de descarga de águas residuais domésticas ou, simplesmente, unidade de descarga - caudal de 30l/min, correspondente ao caudal médio de descarga de uma lavatório cheio.
24. Volume útil de um poço de bombagem - volume, a calcular em cada caso, definido pelos níveis de arranque e paragem das bombas.

As figuras 1 e 2 esquematizam, para efeitos de definição da terminologia, sistemas de esgoto de águas residuais domésticas e pluviais, respectivamente. Estas figuras constam do Anexo I ao Regulamento.

SECÇÃO II

Disposições gerais

ARTIGO 157º.

(Edificações abrangidas)

1. As disposições deste capítulo aplicam-se às edificações de qualquer tipo que venham a ser erigidas durante a vigência do presente Regulamento.

2. O Município aplicará as disposições deste capítulo às edificações existentes à data da entrada em vigor do presente Regulamento com as adaptações impostas caso a caso pelas características dos sistemas de esgoto de que forem providas.

ARTIGO 158º.

(Cadastro dos sistemas de esgoto das edificações existentes)

Deverá ser promovida a elaboração do cadastro dos sistemas de esgoto do parque de edificações existentes na área do Município, de propriedade privada ou pública, como base para um plano de recuperação de sistemas inadequados em edifícios existentes. O plano referido deverá ter em conta não só as características dos sistemas e os perigos para a saúde pública decorrentes do seu funcionamento, mas também as possibilidades económicas dos proprietários.

ARTIGO 159º.

(Intervenção do Município)

O Município poderá exigir a recuperação de sistemas de águas residuais em edifícios existentes sempre que representarem perigo evidente para a saúde pública, ouvida a autoridade sanitária concelhia.

ARTIGO 160º.

(Separação dos sistemas de esgoto)

E obrigatória a separação dos sistemas de esgoto de águas residuais domésticas dos sistemas de esgoto de águas residuais pluviais.

ARTIGO 161º.

(Obrigatoriedade de apresentação de um projecto)

1. É obrigatória a apresentação de um projecto dos sistemas de esgoto nos seguintes casos:

- a) obras de construção de novas edificações;
- b) obras de reconstrução de edificações existentes;
- c) obras de ampliação ou modificação de edificações existentes que dêem lugar a alterações no traçado das canalizações privativas ou na localização das instalações sanitárias ou das cozinhas;
- d) obras de construção de novas instalações sanitárias, cozinhas ou sistemas de esgoto;
- e) obras de reconstrução, ampliação ou modificação das instalações sanitárias, cozinhas ou sistemas de esgoto existentes.

2. Nos casos previstos nas alíneas a), b) e c) do número anterior, o projecto dos sistemas de esgoto será incluído no projecto geral das edificações que, por lei, deverá ser submetido à aprovação do Município.

3. Nas edificações já existentes à data da entrada em funcionamento dos sistemas municipais de águas residuais ou de evacuação dos excreta, será dispensada a construção de novos sistemas de esgoto privativos e, consequentemente, a apresentação de projecto, se, após vistoria requerida pelos interessados, for verificado, pelos serviços técnicos competentes, que os sistemas existentes se acham em conformidade com as disposições do presente Regulamento.

4. A elaboração, apreciação e aprovação dos projectos regem-se pelo capítulo I, secção I e II, do Título IV deste Regulamento.

SECÇÃO III

Tipologia dos sistemas de esgoto das edificações

ARTIGO 162º.

(Tipos de sistemas de esgoto de águas residuais domésticas)

1. A figura 1 esquematiza um sistema do tipo "com coluna e ramais de ventilação", no qual existem um tubo de queda único para águas de sabão e excreta, ramais de descarga com sifão individual, toda a rede de ventilação na sua máxima complexidade, um órgão retentor de matérias indesejáveis no sistema (como por exemplo, gorduras), um poço de bombagem devidamente ventilado, um colector, câmaras e ramal de ligação. A última câmara de jusante, denominada "câmara de ramal", poderá ser implantada na área da propriedade devido a exiguidade de espaço ou a incompatibilidade com outras obras.

2. As figuras 3, 4 e 5 reproduzem instalações em compartimentações

servidas, respectivamente, por sistemas dos tipos "sem rede de ventilação", "com coluna de ventilação" e "com coluna de ramais de ventilação", de caracterização e aplicabilidade definidas no artigo 188º.

ARTIGO 163º.

(Tipos de sistemas de esgoto de águas residuais pluviais)

1. A figura 2 esquematiza um sistema-tipo ao qual respeita um tubo de queda, ramais de descarga não sifonados, câmaras e ramal de ligação. A câmara de ramal e o sifão poderão implantar-se na área da propriedade devido a exiguidade de espaço ou a incompatibilidade com outras obras.

2. Esta figura tipifica ainda a localização de um sifão inserido na ramal de ligação quando o colector do sistema de drenagem é unitário.

ARTIGO 164º.

(Tipos de sistemas de esgoto de águas residuais industriais)

1. Os sistemas de esgoto de águas residuais industriais caracterizam-se por marcada analogia, ora com os de águas domésticas, ora com os de águas pluviais, aos quais ligam na generalidade dos casos.

2. A inclusão dos sistemas de esgoto de águas residuais industriais em qualquer dos sistemas abrangidos pelos artigos 162º e 163º., dadas as suas características muito variáveis em composição e caudal, pressupõe um adequado tratamento e igualização, que o projecto contemplará.

SECÇÃO IV

Natureza e qualidade dos materiais, disposições construtivas e ensaios

ARTIGO 165º.

(Natureza, caracterização e técnicas de aplicação das canalizações, órgãos e equipamentos)

1. Os materiais aconselháveis, constituintes das canalizações, órgãos e equipamentos a utilizar nas redes de esgoto de águas residuais das edificações além de outros materiais de utilização não corrente na País, deverão ser preferentemente os seguintes:

- a) canalizações enterradas - grés vidrado; betão (para esgotos pluviais); ferro fundido; plástico (PVC rígido);
- b) canalizações não enterradas - ferro fundido; plástico (PVC rígido);
- c) sifões e câmaras de águas de sabão em pisos elevados - latão; ferro fundido; plástico (PVC rígido)
- d) câmaras enterradas - alvenaria; betão;

- e) loiças - cerâmica vitrificada; ferro esmaltado; plástico (banheiras); aço inox (pias e lava-loiças); pedra mármore (pias de cozinha).
- 2. Os sifões deverão satisfazer às seguintes características:
 - a) apresentar valores de fechos hídricos compreendidos entre 50 a 75mm e diâmetros interiores máximos iguais aos dos respectivos ramais de descarga;
 - b) possuir superfícies interiores lisas e sem arestas vivas;
 - c) consentir fáceis operações de desobstrução, através de bocas de limpeza ou fácil desmontagem;
 - d) reter matérias sólidas em ralos e cestos, quando servem pias de despejo e lava-loiças.
- 3. As loiças sanitárias deverão, pelas suas características geométricas e hidráulicas e pelos cuidados a ter na sua instalação;
 - a) permitir uma perfeita ligação às redes de esgoto de águas residuais e de água potável;
 - b) evitar a contaminação da rede de água potável (ver figura 6);
 - c) permitir um conveniente arrastamento de materiais e detritos, especialmente dos excreta, no caso de bacias de retrete.
- 4. As características e técnicas de aplicação dos materiais e equipamento e a execução de órgãos das redes deverão respeitar Normas e Recomendações, nacionais e estrangeiras, e Documentos de Homologação.
- 5. Em particular, preferir-se-ão, nas ligações entre canalizações e destas com órgãos e equipamento da rede, juntas do tipo elástico às do tipo rígido.

ARTIGO 166º.

(Disposições construtivas)

Serão respeitadas as disposições construtivas de carácter geral constantes dos artigos 167º. a 185º. seguintes.

ARTIGO 167º.

(Localização das canalizações de fraca pendente)

As canalizações poderão ser colocadas acima da laje, nas paredes e rodapés, dentro da laje, tendo em conta a estrutura da mesma, ou sob a laje, neste último caso quando os pisos superior e inferior não respeitarem a diferentes utentes.

ARTIGO 168º.

(Inclinação das canalizações de ventilação)

As canalizações de ventilação devrão ter, em todos os casos, uma contrapendente, ainda que fraca, de forma a facilitar o escoamento da humidade condensada.

ARTIGO 169º.

(Ligação de um ramal de descarga ao tubo de queda)

1. A forquilha de ligação deverá apresentar um adocamento dado pelo raio de curvatura rf ; tratando-se de bacias de retrete, para a declividade 20 a 70 mm/m, rf deverá ser maior ou igual a 50mm, depois rf poderá ir decrescendo e anular-se para a declividade de 1000 mm/m (valor máximo); para os restantes aparelhos, rf não terá de exceder 25 mm (ver figura 1).

2. Esta figura 1 indica, ainda, o trecho do tubo de queda, a tracejado, em relação ao qual a vizinhança da descarga de bacias de retrete não recomenda a ligação de ramais de outros aparelhos.

ARTIGO 170.

(Afluência num mesmo plano horizontal a um tubo de queda)

A um mesmo tubo de queda, num mesmo plano horizontal, não poderão ser ligadas mais do que duas casas de banho.

ARTIGO 171º.

(Localização dos tubos de queda)

Os tubos de queda poderão alojar-se em espaços acessíveis adequados ou ser embutidos em peças não estruturais.

ARTIGO 172º.

(Ligações do tubo de queda à respectiva coluna de ventilação)

Deverão ser executadas ligações extremas e intermédias entre o tubo de queda e a respectiva coluna de ventilação (ver figura 1).

ARTIGO 173º.

(Prolongamento e remate superior dos tubos de queda)

1. Os tubos de queda de águas residuais domésticas serão prolongados individual ou colectivamente sem redução dos seus diâmetros, até desembocarem livremente na atmosfera, respeitando as prescrições das alturas recomendadas no presente artigo. As bocas de saída serão protegidas com rede que obste à entrada de materiais ou pequenos animais que possam originar entupimentos.

2. Os tubos de queda abrirão livremente na atmosfera, pelo menos 0,50m acima da cobertura, no caso geral, ou, quando esta for um terraço utilizável, 2,00 m acima do seu nível.

3. Quando por construção, os tubos de queda estiverem encostados a uma chaminé, deverão exceder, pelo menos 0,20 m o seu capelo.

4. Sempre que os tubos de queda terminarem a uma distância inferior a 4,00 m, medida horizontalmente, de qualquer porta, janela ou fresta de tomada de ar, deverão elevar-se, pelo menos, 1,00 m acima delas.

ARTIGO 174º.

(Mudanças de direcção do tubo de queda)

As mudanças de direcção do tubo de queda devem evitar-se. Contudo, se foram de todo indispensáveis, é necessária a coluna de ventilação, sendo efectuadas ligações "tubo de queda - coluna de ventilação" junto do troço de fraca pendente, conforme indica a figura 1.

ARTIGO 175º.

(Bocas de limpeza)

1. Ao longo do tubo de queda, como mostra a figura 1, serão inseridas bocas de limpeza, uma por piso, de fácil acesso, na vizinhança e abaixo da mais baixa inserção do respectivo piso.

2. Não sendo possível instalar na base do tubo de queda uma câmara de inspecção, para limpeza, a qual deverá ter tampa amovível à cota do piso respectivo, será instalada uma boca de limpeza na vizinhança da curva de concordância.

3. Nas compartimentações sanitárias o critério de localização de bocas de limpeza terá em vista uma fácil manutenção das instalações.

ARTIGO 176º.

(Braçadeiras do tubo de queda)

Acima e abaixo das ligações ao tubo de queda e na vizinhança dessas ligações serão instaladas braçadeiras, uma de fixação, outra de guiamento.

ARTIGO 177º.

(Concordância do tubo de queda com um troço de fraca pendente)

A concordância do tubo de queda com um troço de fraca pendente far-se-á suavemente, devendo a curva de transição apresentar um raio de curvatura mínimo (tomando como referência a directriz) igual ao triplo do diâmetro do tubo de queda (ver figura 1).

ARTIGO 178º.

(Início do ramal de ventilação no ramal de descarga)

O ramal de ventilação terá origem a uma distância do sifão não inferior ao dobro do diâmetro do ramal de descarga (ver figura 1).

ARTIGO 179º.

(Origem da coluna de ventilação)

A coluna de ventilação terá origem na base (ver figura 1), numa câmara ou em colector da edificação, estando a origem em ambos os casos à distância do tubo de queda de cerca de 10 vezes o diâmetro do tubo de queda.

ARTIGO 180º.

(Obrigatoriedade da coluna de ventilação)

A coluna de ventilação é indispensável quando o sistema assim o exige do ponto de vista hidráulico de acordo com o artigo 188º. e ainda quando as instalações sanitárias respeitam apenas a pisos térreos.

ARTIGO 181º.

(Posição relativa das canalizações de esgoto de água residual e de distribuição de água potável)

Tratando-se de canalizações enterradas, as de água potável devem instalar-se acima das de esgoto, com um afastamento, em projecção horizontal, de pelo menos 1m.

ARTIGO 182º.

(Instalação de canalizações de PVC)

As canalizações de PVC não deverão, em caso algum, ser instaladas de forma a que fiquem sujeitas de choques e de calor.

ARTIGO 183º.

(Efluentes de cozinhas colectivas e de instalações laboratoriais)

Serão inseridos, nas redes de drenagem dos efluentes de cozinhas colectivas, órgãos retentores de gordura e fécula de batata, e nas redes de efluentes de instalações laboratoriais e oficinais, órgãos diluidores e retentores de óleo, onde necessário.

ARTIGO 184º.

(ancoragem aos elementos de construção)

A ancoragem dos componentes dos sistemas de esgoto aos elementos de construção dos edifícios far-se-á de forma a que sejam criadas suficientes condições de flexibilidade, para eliminar o risco de roturas devido aos movimentos e deslocamentos normais das edificações.

ARTIGO 185º.

(Sifonagem de aparelhos sanitários)

1. Não é permitida a dupla sifonagem dos aparelhos sanitários.
2. No caso de instalação de aparelhos sanitários em bateria, cada um deles será munido de sifão individual.

ARTIGO 186º.

(Ensaaios)

1. A entidade fiscalizadora poderá exigir a realização de ensaios de tubos e equipamento e a obtenção de boletins e certificados de qualidade, de acordo com a legislação em vigor.
2. As redes de esgoto serão submetidas a ensaios de carga hidráulica, tendo em conta as condições de serviço, de acordo com o especificado na capítulo IX do Título III.

SECÇÃO V

Sistema de esgoto de águas residuais domésticas

ARTIGO 187º.

(Dimensionamento dos sistemas)

O dimensionamento dos sistemas será feito em conformidade com os métodos apresentados no Anexo I a este Regulamento.

ARTIGO 188º.

(Aplicabilidade dos tipos de sistema consoante as utilizações das edificações)

Os sistemas classificados no Artigo 162º. são caracterizados como se segue, sendo ainda definida a sua aplicabilidade:

1 - Sistemas sem rede de ventilação (sem coluna e sem ramais)

a) Características:

- taxa máxima de ocupação do tubo de queda: 1/7
- sifões à distância fixada no Quadro 6.
- escoamento nos ramais de descarga: até secção cheia
- escoamento no ramal de ligação e colectores: a meia secção

b) Aplicabilidade:

- edifícios de habitação e hotéis: até 30 m de altura
- outras edificações, excepto hospitais: até 15 m de altura

2 - Sistemas com coluna de ventilação

a) Características:

- taxa máxima de ocupação do tubo de queda: 1/3
- sifões à distância fixada no Quadro 6
- escoamento nos ramais de descarga: a meia secção
- escoamento no ramal de ligação e colectores: a meia secção

b) Aplicabilidade:

- todas as edificações, excepto hospitais

3 - Sistemas com coluna e com ramais de ventilação

a) Características:

- taxa máxima de ocupação do tubo de queda: 1/3
- sifões à distância fixada no Quadro 6
- escoamento nos ramais de descarga: até secção cheia
- escoamento no ramal de ligação e colectores: a meia secção

b) Aplicabilidade:

- hospitais, todas as edificações em que, por razões estruturais e outras, não seja possível adoptar sistemas de outro tipo; compartimentações com aparelhos em bateria de utilização eventualmente simultânea (por exemplo, mictórios em instalações desportivas).

SECÇÃO VI

Sistema de esgoto de águas residuais pluviais

ARTIGO 189º.

(Recolha e condução das águas residuais)

As águas pluviais recolhidas em caleiras de fraca pendente, em pátios e em terraços, passam, em todos os casos, aos ramais de ligação, através de ralos não amovíveis, planos ou esféricos, consoante se trata de zonas visitáveis ou não.

ARTIGO 190º.

(Dimensionamento dos sistemas)

1. O caudal pluvial específico unitário será o de 200 l/s.ha, correspondente a uma chuvada de 10 min. com um período de retorno de 5 anos.
2. Canalizações ou caleiras de fraca pendente
 - a) para os ramais de descarga e ligação será utilizado o Quadro 5 contruído para fracas pendentes (entre 10 a 40 mm/m), admitindo-se um escoamento até secção cheia.
 - b) as condições de escoamento nas caleiras devem ser justificadas em cada caso, dado o risco resultante de transbordamentos e consequentes infiltrações nas edificações.
3. Tubos de queda
 - a) deverão ser definidas, em cada caso, as áreas de contribuição, tendo em conta as de coberturas, terraços, empenas e outras.
 - b) conhecidas as áreas de contribuição A1, A2, etc, e, portanto os caudais A1qu, A2qu, etc, sendo qu o caudal pluvial específico unitário, determinam-se os valores dos diâmetros D, considerando, em cada caso, o respectivo nível de risco H (isto é, a altura da água acima do topo do tubo) e o comprimento L do tubo de queda.
 - c) os valores de H dependem da natureza da zona a esgotar, assim, por exemplo, um terraço utilizável terá um baixo nível de risco, e uma cobertura plana não utilizável com platibanda poderá ter um nível de risco até à altura da mesma ou dependente da capacidade de carga da laje.

ARTIGO 191º.

(Sifões)

Quando a rede de águas pluviais for ligada a um colector unitário, deverá inserir-se um sifão, ventilado, no colector da edificação a montante da câmara de ramal, não devendo em caso algum, ser instalados sifões em pátios e terraços visitáveis, dada a previsível evaporação da água neles contida.

ARTIGO 192º.

(Aplicabilidade dos sistemas consoante os tipos de edificações)

O método de dimensionamento referido no artigo 190º. é válido para edificações de qualquer tipo.

SECÇÃO VII

Sistema de esgoto de águas residuais industriais

ARTIGO 193º.

(Especificidade dos sistemas)

O sistema de águas residuais industriais constitui, juntamente com o de águas residuais domésticas e o de águas pluviais, um dos sistemas específicos a considerar em instalações industriais, devendo como tal ser encarado no projecto, em face dos tipos de águas residuais em causa.

ARTIGO 194º.

(Âmbito do projecto)

O projecto de sistemas de águas residuais industriais deve contemplar, em cada caso particular, os diferentes tipos de águas residuais em presença e as respectivas condições de escoamento.

ARTIGO 195º.

(Natureza e características dos materiais e disposições construtivas)

1. Aplicam-se aos sistemas de águas residuais industriais os artigos 165º e 166º., respeitantes à natureza e características dos materiais e às disposições construtivas dos sistemas de águas residuais.

2. Em sistemas de águas residuais industriais, os materiais, em geral, e os das canalizações e das respectivas juntas, em particular, deverão ser adequados, em cada caso, às características qualitativas das águas residuais em causa e às condições hidráulicas do seu escoamento.

ARTIGO 196º.

(Dimensionamento dos sistemas)

E aplicável aos sistemas de águas residuais industriais o artigo 187º. respeitante ao dimensionamento de sistemas de águas residuais domésticas, desde que tidas em conta as características específicas das águas residuais industriais em causa.

ARTIGO 197º.

(Aplicabilidade dos sistemas consoante os tipos de edificações)

São aplicáveis, na generalidade, aos sistemas de águas residuais industriais, os sistemas com coluna e com ramais de ventilação e os sistemas apenas com coluna, caracterizados no artigo 188º., só podendo aplicar-se sistemas

sem rede de ventilação em casos específicos, em que seja justificada a sua equiparação às condições exigíveis para estes sistemas.

QUADRO 5

Diâmetros de canalizações de fraca pendente em função do caudal de águas residuais (l/min)

$$Q_e = \frac{0.087}{n} \times D^{8/3} \times i^{1/2} \quad (\text{SECÇÃO CHEIA})$$

(Q_e — l/min; D — cm; i — m/m)

TUBOS LISOS — SECÇÃO CHEIA

$$Q_e = \frac{0.087}{0.010} \times D^{8/3} \times i^{1/2}$$

INCL	DIÂMETROS (mm)											
(mm/m)	40	50	63	75	90	100	110	125	150	200	250	300
10	35	64	118	188	305	404	521	732	1191	2564	4649	7560
20	50	90	167	265	431	571	736	1035	1684	3626	6575	10691
30	61	110	204	325	528	699	902	1268	2062	4441	8052	13094
40	70	127	236	375	610	808	1041	1464	2381	5128	9298	15120

TUBOS LISOS — MEIA SECÇÃO

$$Q_e = \frac{0.0435}{0.010} \times D^{8/3} \times i^{1/2}$$

INCL	DIÂMETROS (mm)											
(mm/m)	40	50	63	75	90	100	110	125	150	200	250	300
10	18	32	59	94	152	202	260	366	595	1282	2324	3780
20	25	45	83	133	216	286	368	518	842	1813	3287	5346
30	30	55	102	162	264	350	451	634	1031	2221	4026	6547
40	35	64	118	183	305	404	521	732	1191	2564	4649	7560

TUBOS RUGOSOS — SECÇÃO CHEIA

$$Q_e = \frac{0.087}{0.015} \times D^{8/3} \times i^{1/2}$$

INCL	DIÂMETROS (mm)											
(mm/m)	40	50	63	75	90	100	110	125	150	200	250	300
10	23	42	79	125	203	269	347	488	794	1709	3099	5040
20	33	60	111	177	287	381	491	690	1122	2417	4383	7127
30	41	73	136	217	352	466	601	845	1375	2961	5368	8729
40	47	85	157	250	407	538	694	976	1587	3419	6199	10080

TUBOS RUGOSOS — MEIA SECÇÃO

$$Q_e = \frac{0.0435}{0.015} \times D^{8/3} \times i^{1/2}$$

INCL	DIÂMETROS (mm)											
(mm/m)	40	50	63	75	90	100	110	125	150	200	250	300
10	12	21	39	63	102	135	174	244	397	855	1550	2520
20	17	30	56	88	144	190	245	345	561	1209	2192	3564
30	20	37	68	108	176	233	301	423	687	1480	2684	4365
40	23	42	79	125	203	269	347	488	794	1709	3099	5040

QUADRO 6

Caudais de águas residuais domésticas e características geométricas de ramais de descarga

1	2	3	4	5	6	7	8
APARELHO OU CONJUNTO DE APARELHOS	CAUDAL DE DESCARGA (l/min)	RAMAL DE DESCARGA		RAMAL DE VENTILAÇÃO DIÂMETRO (mm)	SIFÃO		DISTANCIA MÉDIA MÁXIMA DO SIFÃO À SECÇÃO VENTILADA (m)
		DIÂMETRO (mm)	INCLINAÇÃO (mm/m)		DIÂMETRO (mm)	FECHO HIDRICO (mm)	
Lavatório	30	40 50	(20) 35 40	30	30	75	1,70 1,50 1,20
Bidé	30	40	(20) 35 40	30	30	50	1,70 1,50 1,20
Banheira	60	50 50 40	(20) 35 40	40	30	50	2,00 1,40 1,10
Bacia de retrete	90 a 150	75 a 100	20 a 1000	50	—	50	1,50
Pia lava-loiça ou Pia e Máquina lava-loiça	30 a 60	50	(20) 30 40	40	50	75	2,00 1,70 1,50
Pia de despejo	—	75	20 a 40	50	60	—	2,00
Mictório suspenso	60	63	20 a 40	40	—	50	2,00
Mictório de espaldar	90	75	20 a 40	50	60	50	2,00
Lavatório colectivo (até 10 bicas)	90	75	20 a 40	50	—	50	2,00
Máquinas lava-roupa ou lava-loiça ou Tanque	30 a 60	50	(20) 30 40	40	30	50	2,00 1,70 1,50
Sifão de piso para "1 lavatório + 1 bidé + 1 banheira", com tampa hermética	90	50	(40)	40	—	50	0,80
Sifão de piso para "1 lavatório + 1 bidé + 1 banheira", com ralo	90	75	20 a 40	40	—	50	2,00
Todos os aparelho de 1 casa de banho completa + 1 pia lava-loiça	180	100	20 a 40	50	—	—	—



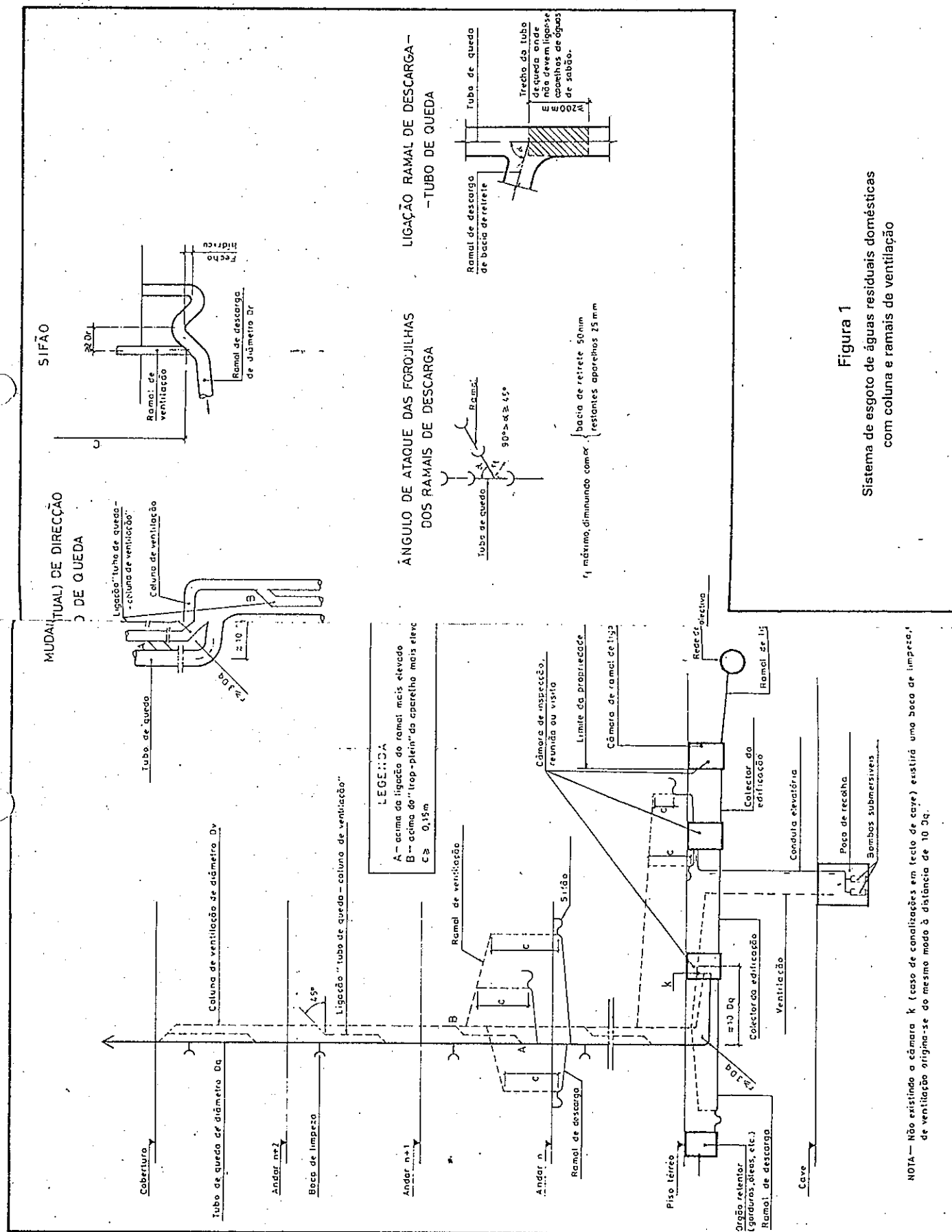


Figura 1
Sistema de esgoto de águas residuais domésticas com coluna e ramais de ventilação



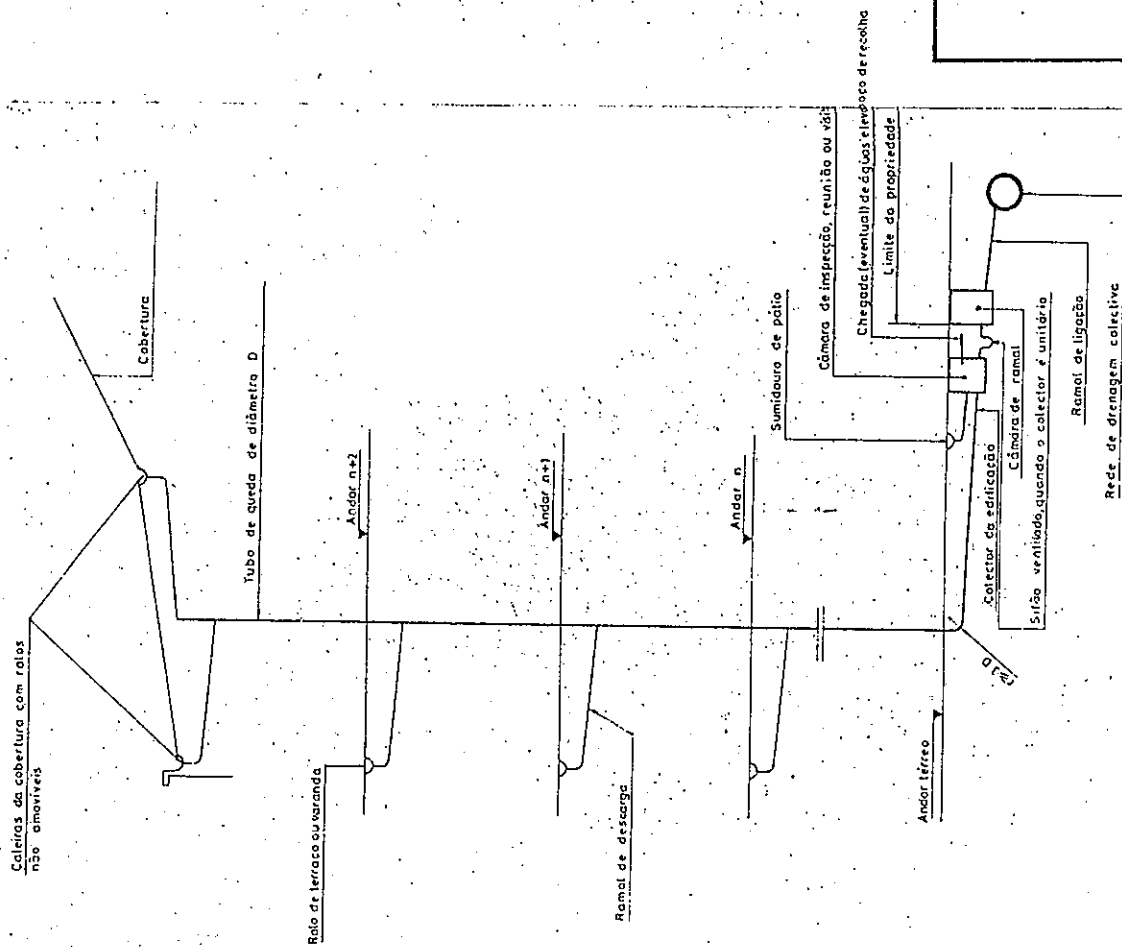


Figura 2

Sistema de esgoto de águas residuais pluviais



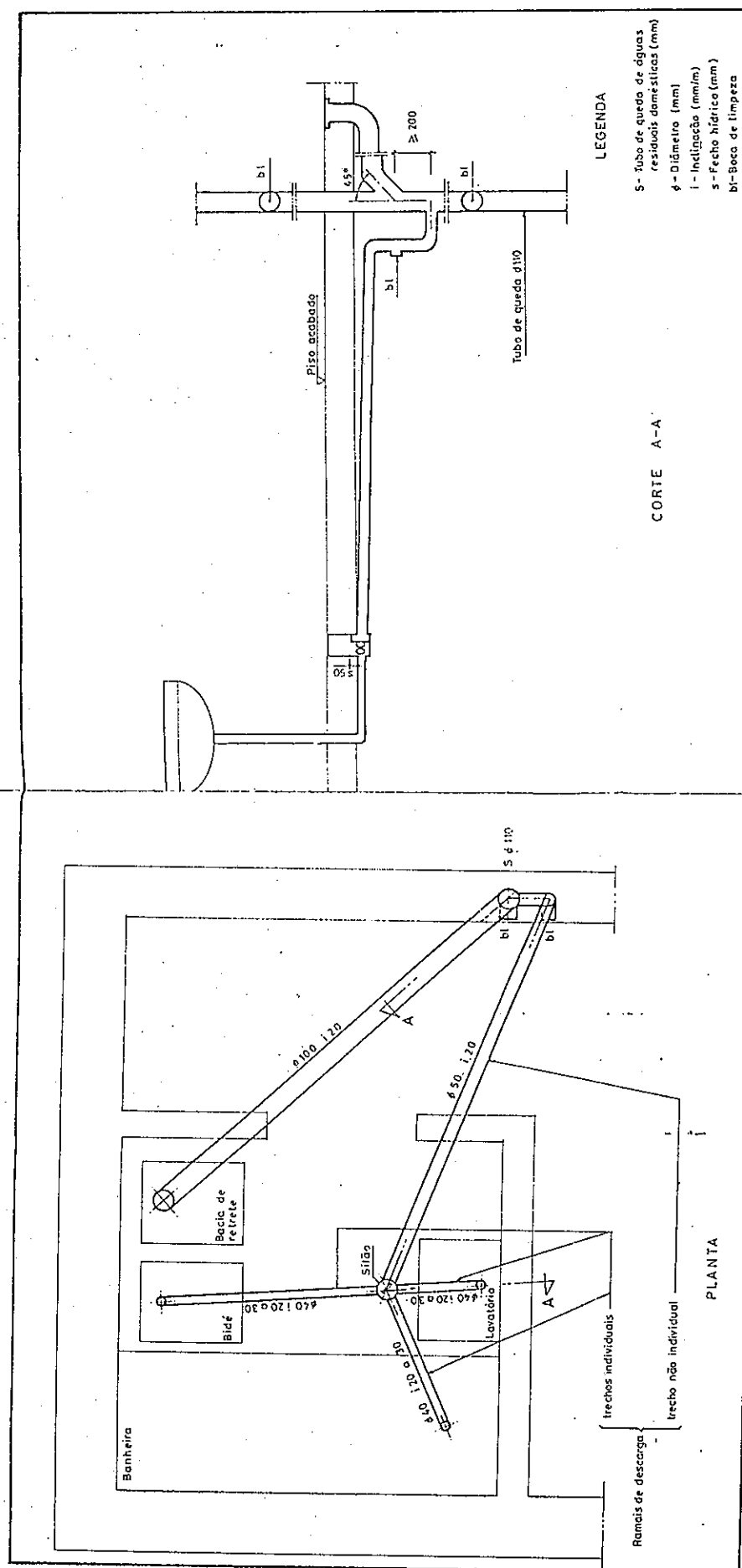


Figura 3
Instalações em compartimentação servida por um sistema
sem rede de ventilação

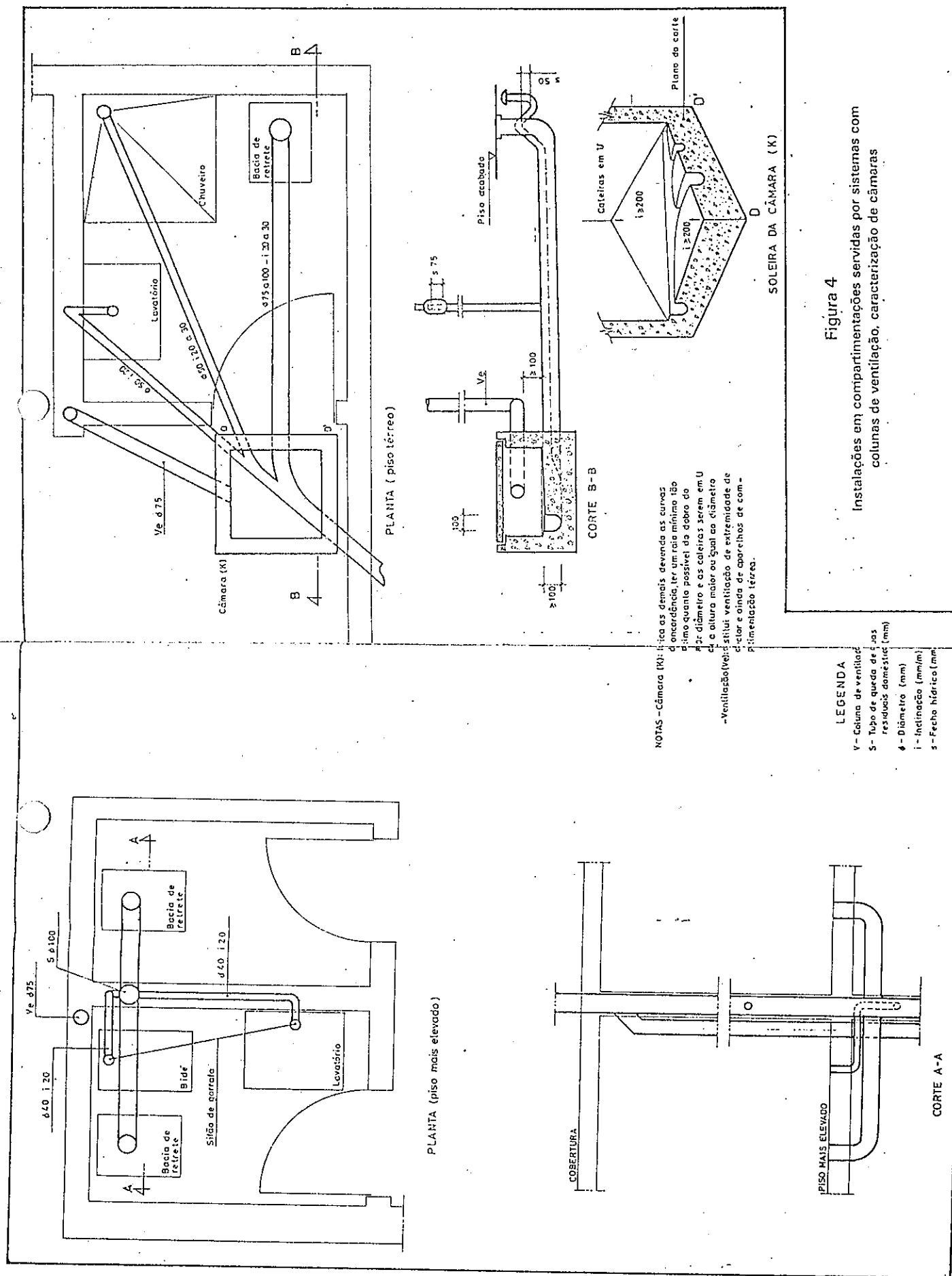


Figura 4
Instalações em compartimentos servidas por sistemas com colunas de ventilação, caracterização de câmaras

equiparação as condições exigíveis para estes sistemas.

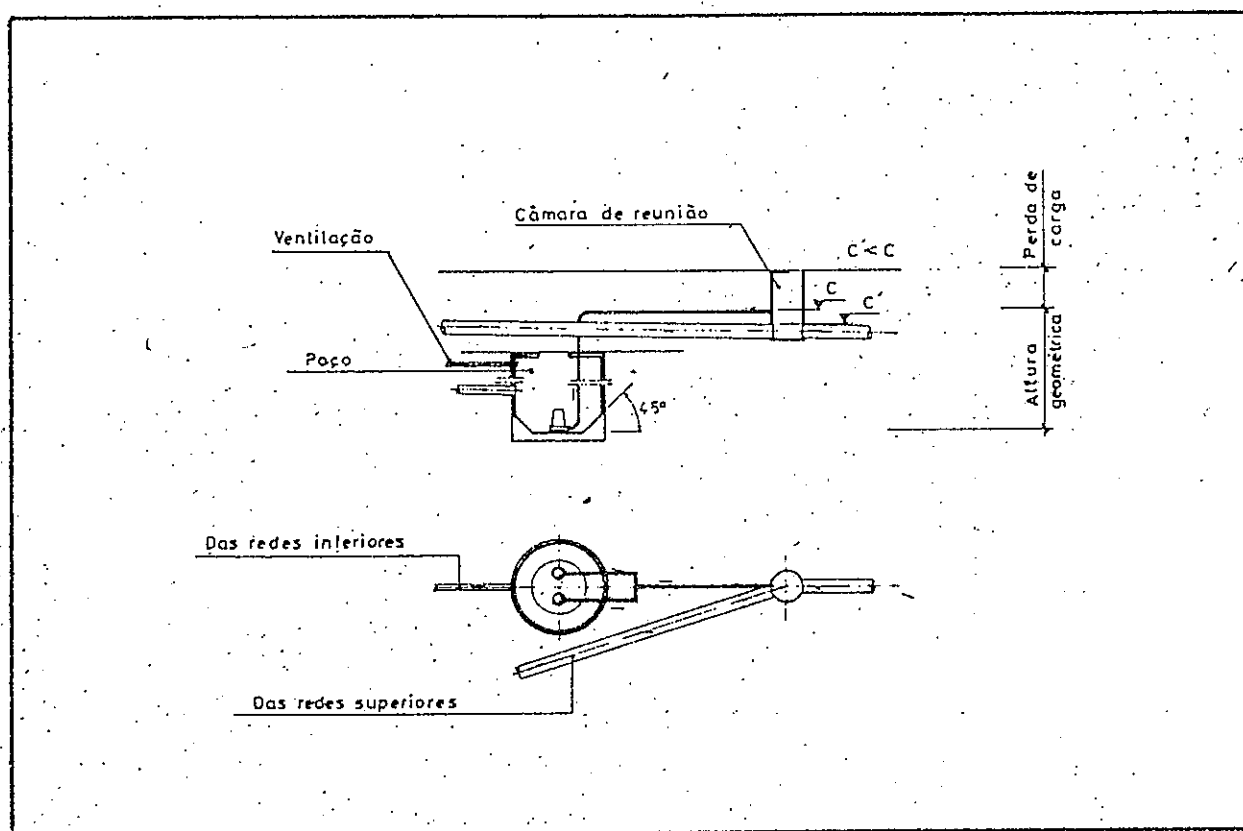
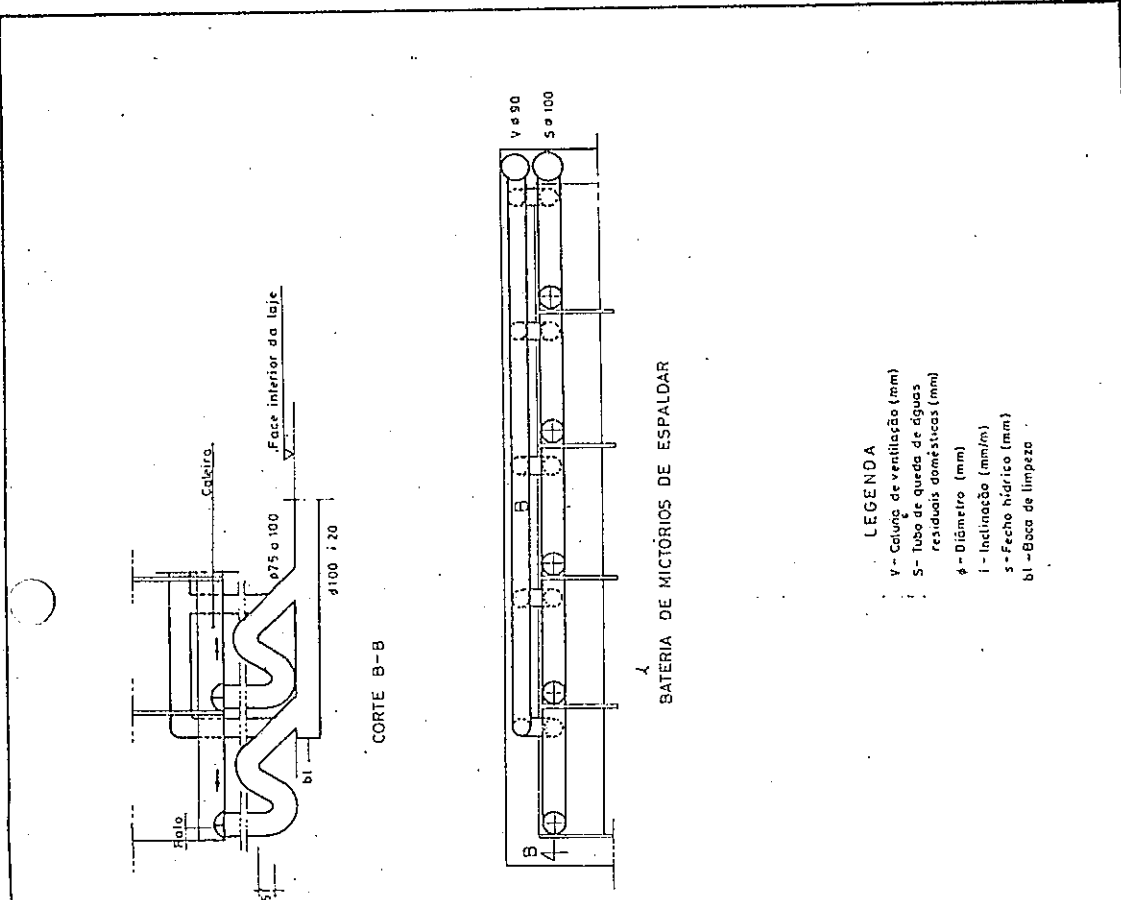
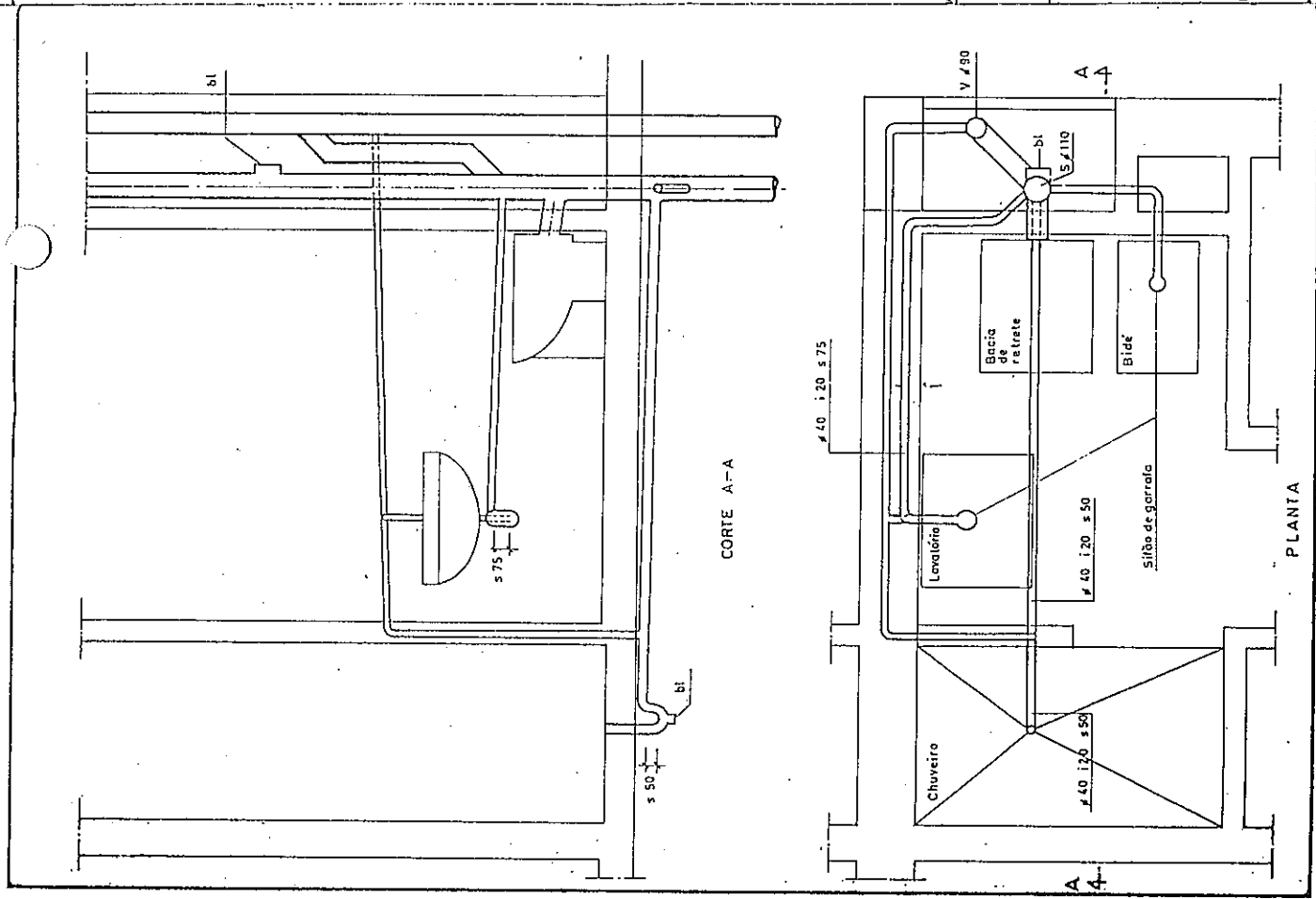


Figura 7

Bombagem de águas residuais de uma edificação



LEGENDA

- V - Coluna de ventilação (mm)
- S - Tubo de queda de águas residuais domésticas (mm)
- ϕ - Diâmetro (mm)
- I - Inclinação (mm/m)
- s - Fecho hidráulico (mm)
- bl - Boca de limpeza

Figura 5

Instalações em compartimentação servida por sistema com coluna e ramais de ventilação



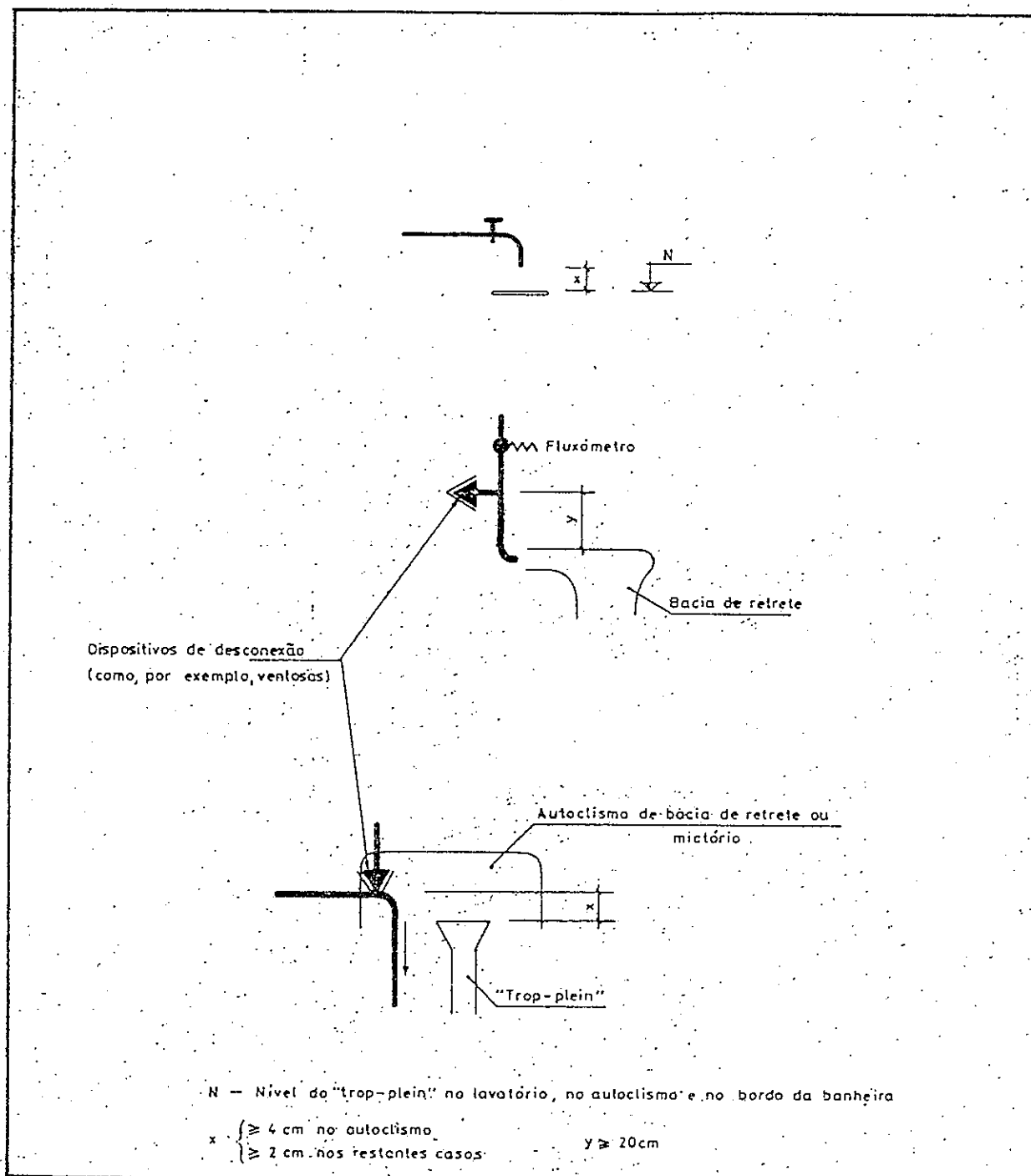


Figura 6

Disposições construtivas para evitar a poluição da água potável

11

11

11